

V O E A I
B P L S F
C D
H R
L . E . T . R . A . S
U

ANO 1 - Nº 1 Brasília, novembro de 1992



SUPLEMENTO CULTURAL DO
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Uma contribuição à cidadania, pois cultura é liberdade.

O conceito de cultura está intimamente ligado ao de cidadania. A conquista de um patamar de respeito integral aos direitos individuais não poderá lograr perenidade e substância sem que esteja atrelado ao desenvolvimento cultural da sociedade.

Portanto, nada mais oportuno para coroar os esforços de representação popular da comunidade do Distrito Federal através de sua Câmara Legislativa, que a criação de Suplemento Cultural, o DF-LETRAS.

Nossa seara são palavras e letras. Mas as próprias palavras que pronunciamos nascem das letras. Toda a eloquência provém do fundo mais nobre da alma humana, sua cultura, gerada pelo conhecimento, pela observação, pelo espírito.

DF-LETRAS vem para se tornar o veículo mensal dessas inquietações culturais que percorram cada espaço dessa Câmara Legislativa criativa, jovem e pujante e do DF. Inquietações geradas de cultura, sobretudo nos momentos críticos da sociedade, em que desafios se transformam em dúvidas, e os seus equacionamentos em conquistas.

Só a cultura será capaz de levar a sociedade à cidadania. Foi tendo essa constatação como norte, que os Srs. Deputados Distritais revelaram extrema sensibilidade ao aprovar, com unânime manifestação, a Resolução 86/91, de nossa iniciativa, em novembro último, que cria o Suplemento Cultural DF-LETRAS.

Não somente letras de forma nele figurarão. Irão conviver nas páginas do suplemento todas as manifestações de cultura que merecem incentivos produtivos. Artistas de todas as matrizes, escritores, poetas, filósofos, historiadores, teóricos e ensaístas, mesmo os arquitetos e urbanistas, geógrafos e cientistas sociais, ou simplesmente os que cultivam as belas artes e a boa letra, anseiam por um veículo para expressar seus talentos e vocações. Serem lidos, reconhecidos e referidos.

O Suplemento Cultural DF-LETRAS vem para ficar como um dos marcos da redescoberta de Brasília cultural, tal qual a Missão Cruls, que edificou seus marcos originais. Essa é a nossa missão permanente: fincar os limites da aventura humana, pela cultura, a mais nobre das tarefas do cidadão livre.

Fincar também um marco para a ilimitada aventura humana em suas manifestações culturais que projetam o homem muito além de seus limitados condicionamentos físicos para a nobreza do pensamento que lhes garante a condição de cidadão livre.

SALVIANO GUIMARÃES
Presidente da Câmara Legislativa do DF

Deputados da primeira legislatura da Câmara
Legislativa do Distrito Federal



Mesa Diretora
Salviano Guimarães
Presidente
Pedro Celso
Primeiro Secretário
José Ornellas
Segundo Secretário
Benício Tavares
Terceiro Secretário

Deputados
Agnelo Queiroz
Aroldo Satake
Benício Tavares
Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Edimar Pireneus
Eurípedes Camargo
Fernando Naves
Geraldo Magela
Gilson Araújo
Jorge Cauhy
José Edmar

José Ornellas
Lúcia Carvalho
Manoel Andrade
Maria de Lourdes Abadia
Maurílio Silva
Padre Jonas
Pedro Celson
Peniel Pacheco
Rose Mary Miranda
Salviano Guimarães
Tadeu Roriz
Wasny de Roure

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

EXPEDIENTE

Coordenador de Editoração
Nelson Pantoja
(Reg. Profissional
916/06/01/DF/Mtb)
Editora-Executiva
Maria Felix Fontele
(Reg. Profissional
302/03/52v/GO/Mtb)
Projeto Gráfico
Cláudio Antônio de Deus
(Reg. Profissional 1943/10/59/DF)
Redação — 347-5128

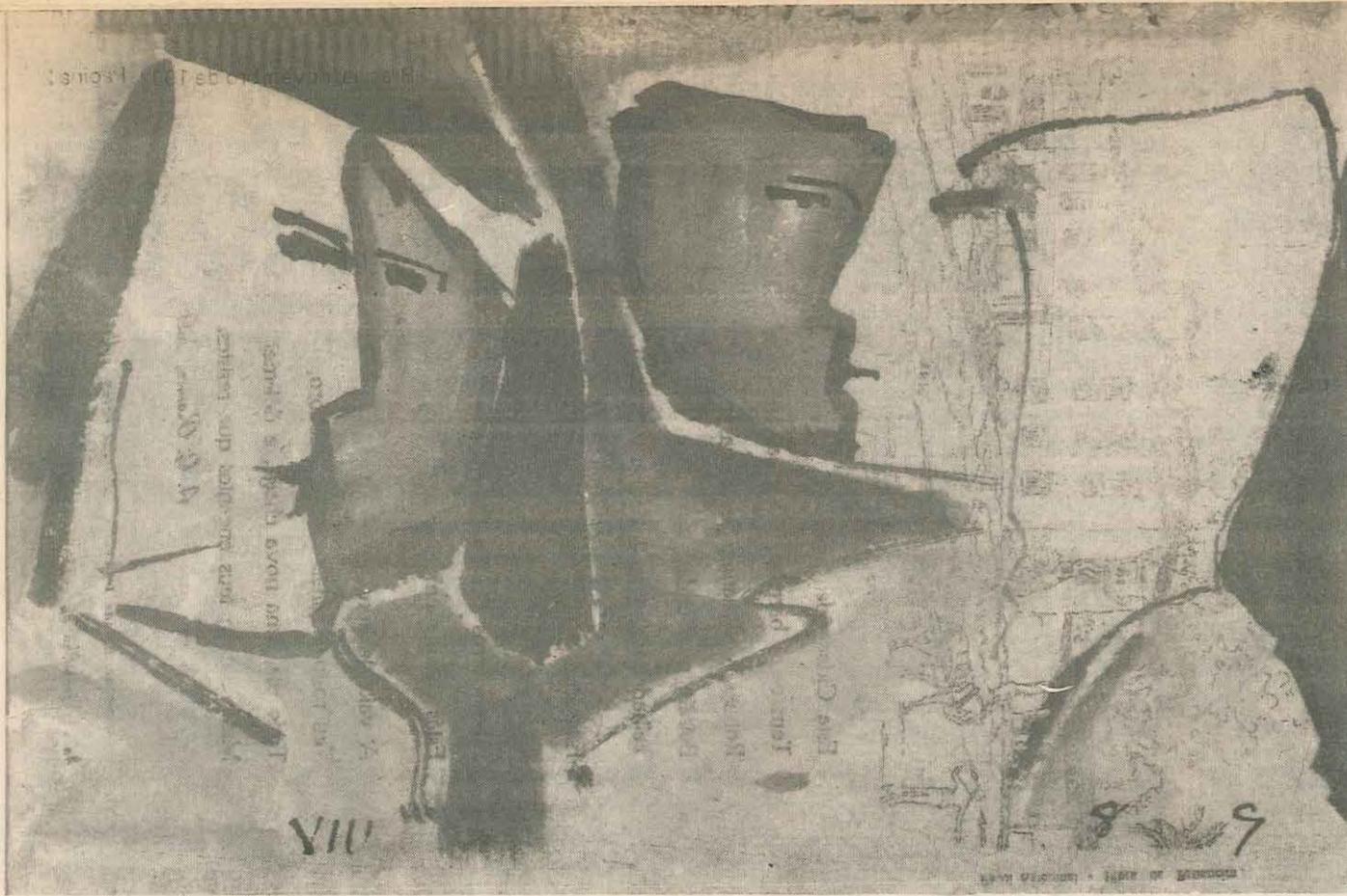
DF LETRAS — Publicação

Literária da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Coordenador de Editoração
Nelson Pantoja
Editor
Prof. Paulo Bertran
Projeto Gráfico
Cláudio Antonio de Deus e
Cláudio Maya Monteiro
Endereço para Correspondência e Assinaturas:
Diário da Câmara Legislativa — DF LETRAS
Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Sala F-25

SAIN 916 — Parque Rural Norte 70.086-900 — Brasília-DF
tel. (061) 347-5128 e 347-4626 Ramal 226

— Correspondências para o endereço acima.
• As colaborações para o DF LETRAS são solicitadas pela
coordenação do Suplemento. As contribuições espontâneas podem
ser apreciadas desde que não excedam 400 linhas. Não devolve-



... Afinal não pretendia eu descrever de assombrações, de fantasmas, de alma penada ou não! Não costumava negar outro mundo, outra existência?! ...

A Resplandecente Porta Verde

Bernardo Élis, em conto inédito, rememora o tempo em que andava pelas montanhas de Pirenópolis e de Corumbá de Goiás com o intuito de adquirir uma chácara. Finalmente comprou, no Morro Grande, próximo a Pirenópolis, um sítio íngreme e belo, onde passa longas temporadas.

Bernardo Élis
Academia Brasileira de Letras

Enquanto esperava encontrar chácara para comprar, eu ia lendo as maravilhosas histórias do londrino E.W.Ghoul, sempre sobre fantasmas, assombrações, almas penadas, situações misteriosamente inexplicáveis. Era meado de um dezembro chuvoso, os dias escuros, de nuvens baixas, um chuveiro permanente que ora se transmudava em chuva pesada, ora uma névoa esfarrapada de mortalha que o vento carregava lenta e melancolicamente, esgarçando-a nos picos de serra ou grimpas de árvore.

Naquela tarde íamos a uma propriedade que o corretor garantia que nos iria agradar e agradar muito. Chegando ao lugar, encontramos uma casa espaçosa, não tão antiga, mas arruinada, assentada num local baixo que as terras altas de redor e a espessa vegetação circundante (e o céu cego e morto), tudo isso tornava mais lóbrega e tórva.

— Que sítio é esse? — perguntei ao descer do carro, como que o reconhecendo da infância que por ali vivi.

— Esse é o mangueirão, mais conhecido por chácara do cura-

dor, mas faz parte da fazenda da Prata.

— Ah, a Prata! — exclamei, enquanto me assaltavam as mais opressivas emoções. Prata era famosa por ser tida como maldita, onde ninguém prosperava nem vivia feliz, antiga lavra de ouro riquíssima, porém de operação dificultosa, cujo trabalho fez chorar, sofrer, enfermar e matar centenas de escravos sepultados nas extensas e elevadas rumas de cascalho hoje ainda visíveis, embora disfarçadas pelas grandes e copadas árvores que tornaram a crescer sobre tais sepulturas. Todos falavam da Prata com horror e medo. E o curador? Que seria curador? Certamente algum curador de menores donos da propriedade, de alguma viúva ou incapaz juridicamente.

Na casa havia um homem, da família, que nos mostrou a chácara. Entramos pela sala da frente com móveis estragados de enfatuado ar urbano, seguimos por um corredor cujo fim dava para fora, mas no meio do percurso do corredor entramos na cozinha ampla, da qual saímos por uma porta de uma cor verde extravagante, de um brilho intenso como se fora recém-pintada. Ai chegávamos ao

páteo, onde se assentavam solidamente estabelecidas algumas enormes mangueiras, de longos e robustos galhos esparramados, agarradas ao solo por raízes que avançavam terreno a fora, quase descobertas de terra, feito cobras ou feito dedos esqueléticos, num gesto ansioso de quem pretendia alcançar algo que fugia.

Fora do sombrio das frondes abria-se o bocejo de uma cisterna inusitadamente grande, as grossas bordas feitas de pedras enfeitadas por verdes avencas e begônias ou plantas próprias de locais úmidos. Desse poço, pelo lançante, o chão era molhado por efeito de algum vazamento d'água.

Sáimos minha mulher, eu, o corretor de imóveis com o vigia à frente para ver os arredores, arrostando o mau tempo e a lama. Depois de um pequeno quintal de café veio o cerrado no seu angustiante estertor de troncos e galhos retorcidos em desespero, macabra legião de Laocoontes vegetais e suas serpentes. Conservara-se a flora nativa, da qual sobressaiam pequizeiros, pau-terra de folha miúda, lixeira, mangabeira, pau-santo, bate-caixa, pau-de-colher-de-vaqueiro, bolsa de

pastor. Os tucaneiros, angicos, pau d'óleo e outras espécies mais altaneiras adensavam-se na medida que se aproximava do curso cascateante do rio da Prata que corria entre poços e meandros formados pelos montões de cascalhos lavados pelos Bandeirantes havia mais de dois séculos, por cima dos quais o mato se recompusera.

Aqui, senti-me cansado, uma canseira que me avassalava o entendimento, as carnes doendo de fadiga e enregeladas pela água desprendida das folhas da vegetação. Resolvi voltar para casa, ali esperaria pelos outros que prosseguiam na inspeção.

E foi arrastando-me que penosamente venci o extenso aclive que ia dar no poço, donde certamente vinha aquela água que ensopava a ladeira e atrapalhava meus passos trôpegos. De repente esbarrei na cerca de arame farpado que vedava o páteo e num susto divisei as longas e grossas raízes que velozmente pareciam correr sobre mim, agressivamente, perigosamente, à sombra verdolenga que banhava o páteo de ruínas, num antigo abandono de crianças brincando, casais se abraçando, a melancolia embaçada do passado e do presente

misturados. A paisagem ondulava mornamente como imagens refletidas em espelho não plano. No fundo da casa de paredes descascadas e enegrecidas resplandecia o verdor da porta que cintilava como se possuísse sua própria luz. Resolvi transpor a cerca, mas ao fazê-lo, cansado como estava, minha meia engarranchou numa das farpas do arame e eu me assentei no chão para desembaraçá-la.

Nessa posição senti alguma coisa estranha, assim como uma tênue sombra se projetasse sobre mim, causada talvez por um ser humano que curvasse sobre minha cabeça; ao mesmo tempo sentia um bafo, um rescaldo, uma emanção quente tal qual se fosse de um corpo animal suarento próximo de minhas costas. Instintivamente virei-me para trás na certeza de enxergar firme no solo úmido e fofo dois pés e duas pernas humanas sustentando um corpo cansado e pingando suor, mas na verdade o que via eram as raízes que lá vinham em disparada rumo a mim, que ameaçavam agarrar-me, enlear-me, talvez estrangulá-lo. Seguindo-as com o olhar num relance divisei os suberosos e coscorentos troncos de mangueira, as cercas em ruínas, as paredes monstruosas de

dor e de feridas nojentas, o fundo da cozinha e lá a odiosa porta verde iluminada de ofuscante luz cintilante, porta que se escancarava e novamente se fechava violentamente nos quícios e gonzos enferrujados.

Seria o vento? Seria um volume, uma pessoa, um animal que por ali entrara nesse momento? Senti o sangue fugir, a pele e os pelos arrepiar, uma secura na boca, tive ímpeto de afastar-me dali correndo apesar da fadiga, mas a razão acudiu-me em tempo. Afinal, não pretendia eu descrever de assombrações, de fantasmas, de alma penada ou não! Não costumava negar outro mundo, outra existência?!

Cautelosamente avancei para a casa, abri a porta cujo verde já não era tão cintilante, entrei na cozinha, segui pelo corredor e fui assentar-me na sala mobiliada com enfatuado gosto urbano, mais calmo, relaxado, momento em que na minha frente, no fim do extenso corredor, na porta que dava para

fora, apareceu um vulto, longo espectro flutuante, silhueta recortada no retângulo claro da porta e para quem gritei aflitivamente:

— Quem é você, diga quem é você!

Aproximou-se o vulto que disse ser o irmão do vigia da casa, naquele tom indeciso que sabem assumir os roceiros. Era o irmão do vigia, tinha chegado naquele preciso instante e deixara a bicicleta ali na frente da casa, como se podia ver da sala. Chegara na roça onde capinava e tinha que ir imediatamente para a cidade, tomar o ônibus que passava àquela hora.

— Que horas tem o senhor aí no seu relógio?

Maquinalmente olhei meio estupefato o relógio e repondi.

— Tenho que ir já, — disse ele — Só quero que diga a meu irmão que a mãe lhe mandou dizer para não dormir sozinho

aqui. É perigoso, é muito perigoso.

— Mas venha cá — pedi — Diga-me, você não estava ainda agora aí no quintal, não se aproximou de mim e entrou correndo na cozinha?

Um grande espanto, misto de medo e horror, estampou-se na cara do chegante que gaguejou, tossiu e enquanto se afastava ia afirmando que nunca estivera no quintal, que chegara naquele momento e que pela primeira vez na vida estava me vendo. Quando quis saber mais, vi-o na bicicleta, voando por entre o capinzal, rumo à cidade. Também nesse passo chegava minha mulher e os dois acompanhantes. A noite caía assim num repente e minha mulher pedia que partíssemos antes que tombasse a grande tribuzana com que nos ameaçavam as grossas e baixas nuvens que se esfiapavam pelas serras adjacentes como se fossem mortalhas penduradas, silentes e resignadas.

— Você vai ou fica? — perguntou minha mulher ao vigia.

— Vou, sim senhora — respondeu ele sem pestanejar. Minha mãe não gosta que a gente fique aqui sozinho, mesmo que seja de dia. É perigoso, é muito perigoso.

Novamente senti o corpo arrepiar. Eram as mesmas palavras ditas pelo irmão do vigia e que eu não lhe transmitira. Já dentro do automóvel, rolando rumo à cidade na paisagem neutra da noite que chegava e das chuvas que começavam, minha mulher ao meu lado virou-se para trás onde ia sentado o vigia e perguntou quem era esse tão famoso curador: — Seria curador de ausentes, seria curador de incapazes? Seria uma pessoa mandada pelo juiz?

— Não. Não senhora, é curador de coisa mal feita, ele sabia espantar os espíritos maus e os fantasmas. Alguns diziam que era feiticeiro e que matou muita gente e atirou naquela cisterna.

A chuva engrossou, com raios e trovões ininterruptos, a noite só deixou a faixa de luz que os

faróis do carro projetavam e o guia terminou soturnamente: — Um dia o mataram também e também o jogaram naquele poço de boca tão grande.

No aconchego morno do quarto, entre lençóis e cobertores sensuais, ouvindo a melopéia da chuva que estalava nas pedras do calçamento, lá fora na rua, tendo ao meu lado a mulher que dorme sossegadamente seu profundo e silencioso sono de justo, entre um e outro cochilão preguiçoso, eu acabava de ler mais um conto terrível desse terrível mister E.W. Ghoul. E entre dormindo e acordado, mais para lá do que pra cá, uma idéia lerda me zumbia revolteante na cabeça: teria existido a chácara do curador ou tudo não passava de reminiscências dos integrantes contos do Londrino distante!

* Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, 77 anos, é natural de Corumbá de Goiás e membro da Academia Brasileira de Letras.
Endereço para correspondência: Rua C — 237
Nº 189 — Jardim América — Goiânia-GO.

A conquista do território

A "Marcha para o Oeste", foi uma criação do Estado Novo e da Era Vargas. Teve diversos ideólogos, entre os quais evidenciou-se Cassiano Ricardo. Neste artigo, a prof^a Elizabeth Cancelli contesta Ricardo e os mitos bandeirantes, entre eles o da miscigenação. Índias e africanas, à mercê do colonizador, teriam sido vítimas de uma sexualidade compulsória.

Elizabeth Cancelli

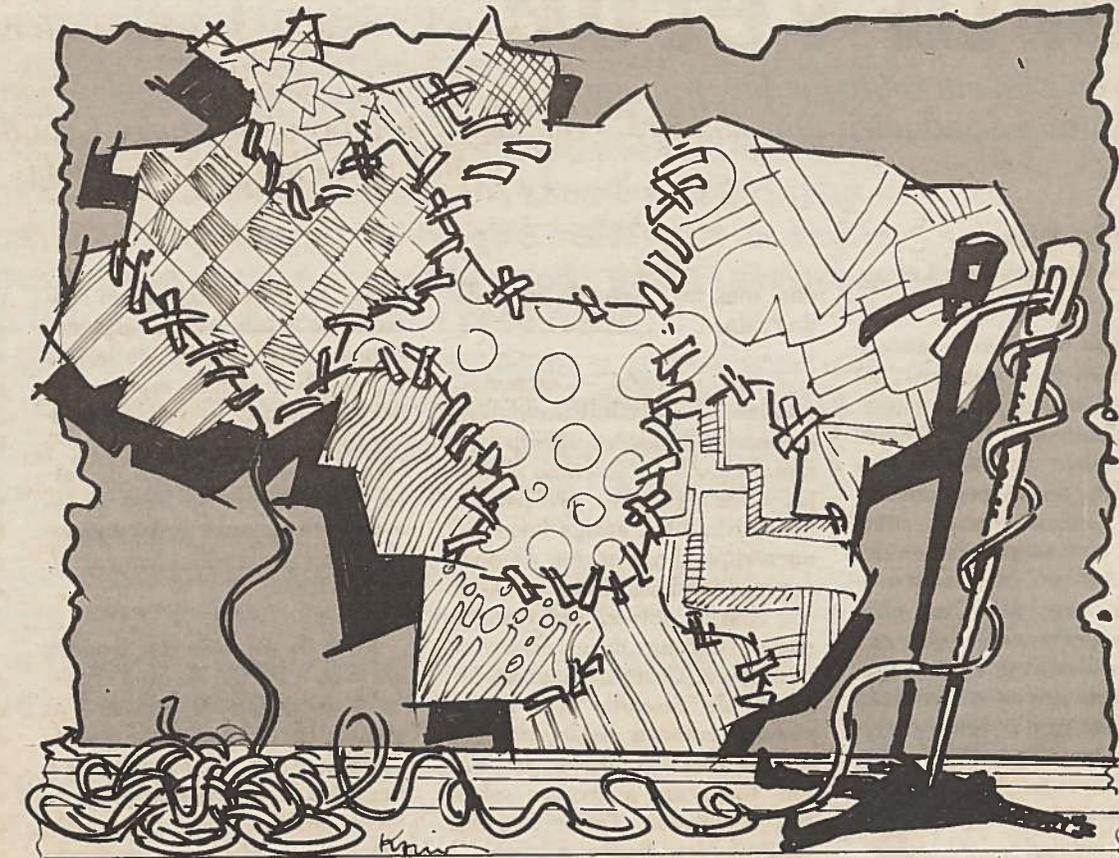
Universidade de Brasília

Gostaria, em primeiro lugar, de chamar a atenção para a grandeza que o tema da ocupação territorial ganhou para a formação do próprio Estado brasileiro. Não foi apenas uma matéria de acumulação de capital. Mas, antes de mais nada, e isto fica evidente no século XX, uma questão de demonstrar dois aspectos fundamentais: 1 — "naturalidade" da existência do Brasil como decorrência da ordem lógica das coisas do universo ou da própria existência divina; e 2 — a forma igualmente natural, e, portanto lógica e inquestionável, da ocupação

territorial brasileira.

A utilização do termo conquistista, que significa vencer, subjugar, submeter pela força das armas foi, por isso, constantemente encoberta através da construção de uma percepção que pretendia ressaltar esta aparência natural do avanço das fronteiras, da submissão dos povos, do advento da racionalidade da acumulação, do amor à prática e do temor a Deus.

A determinação em configurar uma ocupação territorial e não uma conquista certamente atingiu seu auge, no século XX,



nos anos 30 e 40, porque, em função das próprias características do Estado Totalitário que se instaurava, estas idéias foram levadas à extrema radicalização. Foram massificadas através da propaganda sistemática e incansável, até que definitivamente incorporadas como verdades inquestionáveis.

Era criada a ilusão de que a conquista territorial total traria ao país a resposta de todos os problemas de natureza econômica e social.

Se a crise de abastecimento

interno, movimentação e protesto dos sem-terra, greve de boias-frias, assassinatos no campo, emboscadas, violência urbana, escravidão em fazendas do Norte e Nordeste, protestos contra preços mínimos, subsídios agrícolas e devastação ambiental ganham as manchetes de jornais apenas nos anos 1960 e 70, a visão ilusionária de uma ocupação territorial sem conflitos, harmoniosa e socialmente democrática sempre escondeu a maneira excludente e violenta da incorporação de terras ao longo da história do Brasil. Pois foi justamente a partir dos anos

30 que este tipo de construção do discurso, que permitiu a ilusão, se intensificou.

A questão do fabricar de uma ilusão incluiu sempre a maneira como se deu a apropriação de riquezas no país. Seja ela através do acesso à terra, da utilização da mão-de-obra ou do poder de tomar decisões. Ora, fator fundamental para a acumulação de riquezas, a terra que no Brasil — país que teve o início de sua colonização e de sua conquista integrado ao esforço de acumulação primitiva e de expansão do capitalismo dos

países Europeus. —, sempre foi propriedade para poucos e gerou, por isso mesmo, conflitos, tensões e mortes. Acabou por demarcar a história de uma conquista e ocupação territorial violenta, sanguinária, racista e excludente.

Já o início da colonização do território brasileiro se fez com a adoção de grandes extensões de terras doadas a exploradores particulares, com a disponibilidade de capital suficiente para produzir e comercializar mercadorias, expulsar os antigos ocupantes da terra e aprisionar mão-de-obra. Estes sesmeiros e suas plantations, instaladas nas costas do Brasil, foram a origem de um tipo de conquista territorial aceita e reproduzida como legítima, embora violenta, mas envolta sob o véu da cordialidade, da miscigenação voluntária das raças — como se as escravas e índias não tivessem sido obrigadas ao sexo com os portugueses — e das oportuniades peregrinas de enriquecimento.

Uma conquista territorial que nos primeiros anos do século XX, com a abolição dos escravos e a existência de um número cada vez maior de imigrantes europeus, fez crescer o contingente populacional das cidades e do campo e o número de trabalhadores existentes nos interstícios das grandes propriedades. A população urbana despossuída, marginalizada e iniciando a por em prática métodos de revolta violenta colocou em evidência, como nunca antes, o problema econômico e social da marginalização e a pressão das classes despossuídas.

Sob a ótica de fazer crer a todos que o designio do Brasil era tornar-se grande e de resolver, o problema das massas despossuídas e sem trabalho que pressionavam a política e os centros urbanos, teve início o planejamento global da criação de uma ilusão nacional para o deslocamento rumo ao país "inabitado", onde eram incluídos e começam os novos programas de ocupação e de colonização agrícola.

Cassiano Ricardo, esponente das letras nos anos 30, fazia parte de "um grupo selecionado de teóricos (que) operava diretamente junto ao ditador e cuidava da verdade doutrinária do regime". Segundo Lenharo, estas verdades eram calcadas "propositivamente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. O realizar da Nação, no caso, seria a Marcha para o Oeste.

Recuperar, assim, a imagem mitológica do bandeirantes que não "conquistou", mas que ocupou o país para torná-lo grande, foi tão importante e tão frequentemente utilizada. Cas-

siano Ricardo jogou-se neste projeto. Tratou de recuperar o mito do bandeirante, fazer dele um parâmetro de comportamento para toda a Nação, criar ilusões e publicar seu lendário livro "Marcha para Oeste", onde tentava eternizar as tão caras imagens que o regime pretendia construir.

Melhor do que ninguém, Ricardo recuperou no mito dos bandeirantes o dever de ocupação do Oeste do território brasileiro, com o argumento final de que era a resposta à necessidade natural e urgente do país expandir-se no sentido das latitudes. Absolutamente solidário com a campanha de Marcha para o Oeste que o Estado Novo lançava em 1938, Cassiano postulava que a ocupação obedecia a "um processo deliberado, lógico e legítimo — aquilo que deveríamos chamar uma razão de estado geográfico e cultural".

"Os anos 30 constituíam-se como determinantes para os planos e estratégias de conquista do hinterland brasileiro. Não era a primeira vez que o estado intervinha social, política e economicamente no sentido de uma caminhada rumo à ocupação do País em sua latitude. Mas foi nos anos 30 que esta ocupação começou a fazer parte do ideário, das diretrizes e da política do Estado de forma radical, lançando-se mão das técnicas modernas de convencimento. Sob o ponto de vista destas diretrizes embasou-se a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia".

Completamente absorvido por esta ótica, o poeta achava que o esforço tanto do velho quanto do novo bandeirante do século XX, este mesmo que o Estado Novo incentivava a ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia, seria uma partilha de glórias, que, influenciado pelo "idealismo sentimental luso, embora antibandeirante, serviu para tornar o nosso pioneiro menos cruel que o espanhol".

A penetração territorial do conquistador, sob esta ótica e a do Estado, havia sido feita no sentido de responder às necessidades de formação de uma grande nação espontânea, cujas "necessidades" incluíam a defesa territorial garantida já pelos coloniais que haviam posto "para fora os intrusos flamengos". Com estas forças "foram os holandeses lançados fora de Pernambuco; com elas se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com ela foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro; com elas destruíram os paulistas as missões do Paraguai; fizeram passar os jesuítas com os índios das mesmas missões da outra

parte do Uruguai e atacaram ao mesmo tempo os castelhanos intrusos na parte setentrional do Rio da Prata até os obrigarem a evacuar os domínios portugueses".

Seria neste Impeto de ocupação que nasceria, aos olhos de Cassiano Ricardo e do mito que aparece perpetuado na sociedade brasileira, "a sociedade típica do litoral, fortemente colorida de sangue africano, devido à mestiçagem desenfreada. Português e negro (teriam se misturado) numa democracia biológica incluindo os índios, em função da "união dos auropeus com as índias". A criação destas imagens de Cassiano dava-se apesar da longa e cruel escravidão brasileira e da dominação compulsória e aprisionamentos de índias e negras para atender aos desejos sexuais dos invasores. A aparência era a construção da ilusão de uma

história de formas pacíficas de acasalamento biológico, fator gerador da suposta democracia racial brasileira e da sociedade perfeitamente harmônica.

Estas idéias estavam em consonância perfeita com a construção do ideário radical da Era Vargas, matizado por verdades que tentavam imputar a todos a existência de um país uno e consolidado. Sem conflitos de raça, cor, credo ou língua.

Muito curiosas são, neste sentido, as observações de Ricardo para a existência desta miscigenação. Teria sido o açúcar, e não os homens, o responsável por trazer "o negro em quantidade, pintando de África o litoral do país".

Por isso, e desta forma natural a conciliatória entre vários povos, "a marcha para Oeste se (fez) não só pela colonização, no dizer de Cassiano Ricardo, como pelo povoamento não raro desordenado. Em regra pela conquista, encabeçada por gente responsável e anônima".

Entende-se este empenho de Ricardo não só em considerar legítima e natural a posse de um espaço territorial que fora conquistado muito além do limite

das Tordesilhas, mas ainda pela sua crença de que a "maior desgraça de uma nação é ser pequena" e de que "a alegria do espaço é um dos fundamentos de nossa bondade social. Este nosso apego à liberdade física de ir e vir, esta nossa riqueza de individualismo criador de riqueza e beleza explicam-se pela sensação de espaço que o Brasil nos dá e que é parte integrante de nossa alegria de viver".

As idéias de Cassiano Ricardo harmonizavam-se perfeitamente com o ideário que o Estado pós-30 tentava legitimar. Ricardo era um homem de seu tempo. Tempo de um mundo onde o capital transformou definitivamente todo o sentido das sociedades, impondo a disciplina e a glorificação do trabalho.

A construção do discurso de interiorização do país estava circunscrito ao paradigma primeiro do Estado: a negação explícita da luta de classes. Com

Novo, dizendo que o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao Oeste. Para esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é sangue e carne do nosso corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. (...) Deste modo, o programa do "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada sob os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vazios demográficos de nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Não ambicionamos um palmo do território que não seja nosso, mas temos um expansionismo que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras".

Os anos 30 constituíam-se como determinantes para os planos e estratégias de conquista do hinterland brasileiro. Não era a primeira vez que o Estado intervinha social, política e economicamente no sentido de uma caminhada rumo à ocupação do país em sua latitude, mas foi nos anos 30 que esta ocupação começou a fazer parte do ideário, das diretrizes e da política do Estado de forma radical, lançando-se mão das técnicas modernas de convencimento. Foi sob o ponto de vista destas diretrizes o embasamento da ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia.

O Estado reservou para si as principais funções deste processo. A ocupação e a colonização se dão, primeiramente, através de sua ação direta, desde a organização da expedição Roncador — Xingú e posterior criação da Fundação Brasil Central (1943), até a implantação de núcleos coloniais. Criam-se órgãos burocráticos e um conjunto de leis que asseguraram ao Estado o monopólio de assentamento dos migrantes nacionais. Sob a controle do governo federal estaria toda a ocupação, a organização de núcleos coloniais, sua disciplina, dinâmica interna, tanto no que diz respeito à produção quanto à conduta social e moral dos novos agricultores.

Finalmente, a conquista do território, que varria as populações indígenas e os antigos ocupantes da terra e que delimitava novas fronteiras agrícolas, pensando os ocupantes como

entrevista à sociedade e sua busca de realização do Brasil, tendia a concretizar-se de forma integral.

Na década de 50, foi dado às empresas particulares o direito de participarem do processo de colonização para a "ocupação" territorial. Através da compra de áreas ou da concessão da terra, sob a supervisão do Estado, os novos empreendimentos iniciam o processo de conquista do hinterland.

Decide-se pela construção de Brasília, em 1957, e a localização da capital garante, através da rede viária de integração nacional, o corredor migratório e de integração dos espaços "vazios". O início do auge da conquista, dar-se-ia, entretanto, pelo decreto nº 60.079, de 1967, que aprovou o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, onde há a insenção de Imposto de Renda para as novas indústrias e dedução de parte do imposto de renda a pessoas jurídicas, desde que sejam investimentos feitos em empreendimentos industriais, agrícolas, pecuários e de Serviços básicos.

Enfim a "adoção de intensiva política de estímulos fiscais (...) implantação da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais agrícolas, pecuárias, comerciais e serviços básicos rentáveis".

A conquista era devastadora, tanto assim que o próprio Ministério da Agricultura divulgava, em 1968, o Relatório Figueiredo, que continha provas contra latifundiários e agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e que confirmavam denúncias de que eles haviam usado "armas biológicas e convencionais" para exterminar tribos indígenas. Indicava-se a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre tribos da região do Mato Grosso, no período de 1957 a 1963. Além disso, os arquivos sugeriram ter havido a introdução consciente de tuberculose entre tribos do norte da Bacia Amazônica entre 1964 e 1965.

Sob a insistente campanha interna organizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e que possuía o apelo radical ao nacionalismo e ao

patriotismo é que, em junho de 1970, o governo Médici especificou o Programa de Integração Nacional (PIN) e determinou a construção imediata da Transamazônica e já Cuiabá-Santarém. Em 10 de setembro de 70 foi começada a Transamazônica. Segundo as próprias palavras do presidente Emilio G. Médici "Não é (ra) bastante considerar que o destino das gerações futuras depende daquilo que agora se fizer para arrancar do esquecimento, a que até agora se via relegada, essa região de proporções continentais".

O empreendimento, voltado para o Brasil Grande, possuía duas matizes: a conquista definitiva da Amazônia em detrimento de seus ocupantes históricos e a construção de uma imagem que deveria encobrir a realidade da violência, tortura, perseguição e morte sob as quais se envolveram os governos militares brasileiros do final da década de 60 e dos anos 70. Por isso mesmo, toda a nação deveria estar voltada para aquilo que os governos militares consideravam primordial, ape-

sar de considerações como as do Relatório Figueiredo.

Não seria por acaso, anos mais tarde, o sucesso da utilização ilusória do DESÍGNIO NATURAL DA NAÇÃO empreendido pelo governo Médice nos anos 1970, quando se deu início à violenta odisséia da ditadura que ocupava a Amazônia e construía a Transamazônica. Estava concretizado mais um passo da conquista, sob a ótica da ilusão da harmonia, do vazio, do novo e do acreditar que toda a verdade residia sempre no futuro.

E, na concretização, a completa interiorização no país do mito do bandeirante a ser seguido pela Nação.

Notas

- (1) Conf. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1964.
- (2) Uma construção que permitiu a odisséia da construção da Transamazônica nos anos 70.
- (3) Lenharo, Alcyr, *Sacralização da Política*. Campinas, Ed. da Unicamp, Papirus, 1986.
- (4) Idem, *ibidem*, pp 55 e 56.
- (5) Ricardo também publicava sobre o tema na revista *Cultura e Política* do Departamento de Im-

- prensa e Propaganda (DIP).
- (6) Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. Vol. I pág. IX.
 - (7) Idem, *ibidem*, p. XXXVI
 - (8) Idem, *ibidem*, p. XXXVIII.
 - (9) Idem, *ibidem*, p. 20.
 - (10) Idem, *ibidem*, p. 21.
 - (11) Idem, *ibidem*, p. 21.
 - (12) Idem, *ibidem*. Citando Teófilo Ottoni, pág. 86.
 - (13) Idem, *ibidem*, p. Citando Teófilo Ottoni, p. 86.
 - (14) Vargas, Getúlio. *As diretrizes da Nova Política no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. V.5.
 - (15) Idem, *ibidem*.
 - (16) Conf. Cancelli, Elizabeth & Castro, M. Inês Malta. *Planejamento e Racionalização*, Revista da Universidade Federal do Mato Grosso. Vol. Set/Dez 1984.
 - (17) Idem, *ibidem*. Vide também; Cancelli, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo: o discurso da Marcha para o Oeste na Era Vargas (1938)*. Campinas, Unicamp, tese de mestrado, 1984.
 - (18) Lei nº 5 174, de 1967.
 - (19) Davis, Shelton. *Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
 - (20) Médici, Emilio G. *O jogo da verdade*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
- * A prof^a Elizabeth Cancelli é graduada em jornalismo pela UFRJ, mestre e Doutora em História pela Unicamp. Endereço para correspondência: Departamento de História, Universidade de Brasília — 70.910 Brasília-DF.

Aula do último horário

Nesta "Lição de Anatomia" sobreal, o poeta Alceu Brito Corrêa trabalha diversas onomatopéias, num texto denso e instigante.

Alceu Brito Corrêa

Sindicato dos Escritores do DF

"Temos aqui um caso raro de psicoparanamnese" — Explicou o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo aos seus três alunos do terceiro ano, mostrando o paciente, pacientemente examinado.

O aluno da esquerda observou: "Professor, nota-se que o paciente possui o ocipital esquerdo com uma curvatura subnormal... "...Realmente!" solidarizou-se o mestre de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo — nota-se também que é careca" — no que deu um ligeiro volteio com a mão, tocando a moleira do paciente, o qual piscou, também, o olho esquerdo.

O aluno do meio em raro "in sight" observou isso. — "Professor, toca-se-lhe a moleira e o paciente pisca o olho esquerdo. Provavelmente tocando-se-lhe outras partes ele piscaria os dois olhos, ou somente um ou outro".

"Perfeito, perfeito! Eis uma experiência que poderemos por em prática rapidamente". Isso posto, passaram a dar-lhe paladinhas nas partes mais vari-

adas do corpo, ao que o paciente, pacientemente, piscava ora o esquerdo, ora o direito, ora os dois e, às vezes, ora nenhum. A cada acontecimento acompanhavam as exclamações de triunfo do aluno do meio e do professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo.

"Ora" — objetou o aluno da esquerda — "devemos investigar tal fato assaz importante para a ciência moderna. Acredito que o mundo possa aprimorar seus sistemas semafóricos depois destas nossas pesquisas. Sugiro ao ilustre mestre que aprofundemos nossos estudos analisando detalhadamente o cérebro do paciente".

"Muito bem, muito bem! tragam-me uma talhadeira e um martelo" — falou o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo.

"Para quê isso meu ilustre mestre, se podemos ver-lhe o cérebro através das fendas dos olhos." — objetivou o aluno da direita.

Arrancaram-lhe os olhos, iluminaram-lhe as cavidades, cutucaram com os dedos as car-



nes do paciente. Nada acharam de anormal. Examinaram os

olhos, passaram-nos de mão em mão, sem encontrarem algo que

lhes dessem uma pista do que procuravam.

O professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo, devolveu ao paciente os seus olhos, não antes de limpá-los cuidadosamente com seu lenço de bolso de paletó. Recolocou-os de tal modo que o aluno do meio pôde observar que agora o paciente dava mostras de não ter uma coordenação motora muito boa do eixo ocular, no que o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo determinou:

"Esse paciente não nos serve, provavelmente estará tísico nessa palidez complacente do seu rosto". Dizendo isso saiu da sala piscando o olho do pisca-pisca, dando encerrada a aula de interrogatório, enquanto os alunos levavam o presunto para a desova.

*Alceu Brito Corrêa é contista e poeta, colaborador de coletâneas publicadas em Brasília e no Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Caixa Postal 09695 — 70.001 Brasília-DF.

A morte trágica de Americano do Brasil

Antônio Americano do Brasil foi o mais intelectual do Planalto Central na primeira metade deste século. Por iniciativa sua erigiu-se, em 1922, a Pedra Fundamental de Brasília. No presente artigo, José Dilermando Meireles, que também é procurador do Ministério Público do DF e escritor de méritos, tendo em mãos o processo-crime do estúpido assassinato de Americano na Luziânia de 1932, reconstitui, ponto a ponto, a teia de intrigas de que o grande intelectual foi vítima desavisada.

José Dilermando Meireles

Academia de Letras e Artes do Planalto

I — O CENÁRIO

O advento do ano de 1932 apresenta-nos uma Santa Luzia atual Luziânia — não muito diferente das outras cidades antigas de Goiás, nascidas da garimpagem de ouro do século XVIII.

Sua paisagem decadente entremostrava, no desalinhado casario ao longo de suas ruas tortuosas, a lembrança de um passado de abundância e fausto. Entre os monumentos mais salientes de sua arquitetura colonial destacava-se a velha Igreja matriz, na praça principal, com sua elevada torre de campanário e os belos arcos frontais, que lhe davam imponente e majestosa presença em frente ao vetusto e senhorial sobrado que, por volta dos anos de 1818 e 1819, hospedou os naturalistas Emmanuel Pohl e Auguste Saint Hilaire, quando de suas viagens ao interior do Brasil.

Na parte alta da cidade, ao lado das escavações de ouro, ficava a Igreja do Rosário, edificada em 1770, para culto dos escravos negros. Espreados pela cidade, outros ricos casarões maltratados compunham o testemunho mudo e eloquente de uma época de fastígio, em que

as minas de ouro prodigalizavam a abundância e a fartura de um passado já totalmente encoberto pelas brumas do tempo.

Conquanto situada em região árida e de muito baixo teor de umidade no estio, Santa Luzia oferece um clima suave e ameno. Construída na encosta de dois vales, aprisiona a evaporação de suas águas, criando para seus habitantes um micro-ambiente saudável e puro.

Logo no começo da rua do Rosário, à margem do córrego Canalzinho, ficava a Pensão Mineira, de Da. Rita Flores, que a mantinha em sociedade com o telegrafista Sebastião Levergger. Essa pensão foi o laboratório onde se forjou a trama de que resultou o dramático assassinio de Americano do Brasil.

Ao transferir sua residência e sede de suas atividades profissionais para Santa Luzia, em 1928, Americano do Brasil já encontrou aquela comunidade abalada por dois acontecimentos relativamente recentes, que deixaram cicatrizes profundas no seio de sua gente simples e hospitaleira.

Primeiro, a morte súbita de Evangelino Meireles, representante de Santa Luzia no Parla-



mento Goiano, intelectual de grande porte, fundador do jornal "O Planalto", aliado de Americano na campanha pela mudança da Capital Federal para o Planalto Goiano.

Em 07 de setembro de 1922, Evangelino, representando Americano do Brasil, proferia vibrante discurso no lançamento da Pedra Fundamental de

que procurava investigar crime de estupro praticado contra u'a menor de apenas nove anos de idade.

II — OS PROTAGONISTAS

No acontecimento que tirou a vida ao Dr. Antônio Americano do Brasil, podemos destacar a presença de protagonistas direta e indiretamente envolvidos.

Entre os diretamente envolvidos temos, em primeiro lugar, a vítima, com 40 anos, separado da família, médico, político de nomeada, com fulgurante passagem pelo Parlamento Nacional, poeta, prosador e jornalista polêmico e agressivo, historiador e folclorista, enfim, o intelectual de envergadura que todos conhecem. Em Santa Luzia, desde o ano de 1928, quando para lá transferiu sua residência, Americano do Brasil exerceu, além da medicina, o magistério na Escola Normal por ele fundada, juntamente com seu pai, Antônio Eusébio de Abreu, e a advocacia, valendo-se, para esta última, de seus raros dotes intelectuais e tribúncios. Era natural de Bonfim, hoje Silvânia, Estado de Goiás.

Segundo é Aldovrando Gonçalves, o autor do homicídio, com 26 anos de idade, solteiro, engenheiro agrônomo, formado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", em Piracicaba, Estado de São Paulo. Era natural de Formosa, no Estado de Goiás, filho do abastado fazendeiro Manoel Gonçalves da Silva, conhecido por Neca Gonçalves, natural de Catalão. Em Santa Luzia, executava trabalhos de agrimensura, topografia e obras de engenharia de campo. Afilhado e ex-aluno do Professor Antônio Eusébio de Abreu, pai de Americano, com quem até pouco antes do fato mantinha também relações de cordialidade.

Entre os indiretamente envolvidos, estão: Américo Mota Gonçalves, o Promotor, 26 anos, solteiro, natural da cidade de Orlandia, no Estado de São Paulo, e o advogado Abdias de Araújo, 47 anos, casado, porém desacompanhado da família, natural do Estado da Bahia. Mota Gonçalves e Abdias de Araújo eram conhecidos desde quando integraram ambos a polícia civil do Estado de São Paulo. Mota Gonçalves antecedeu abdias de Araújo na mudança para Santa Luzia e foi quem o convidou a também fixar-se profissionalmente naquela cidade. A respeito desses dois profissionais, que tão perto estiveram do envolvimento em co-autoria no assassinio de Americano do Brasil, é sobremodo ilustrativo o depoimento prestado pelo en-

Brasília, no Morro do Centenário, em Planaltina; e, a primeiro de dezembro, tombava fulminado por um ataque cardíaco, aos 40 anos de idade.

Em setembro do ano seguinte, caía crivado de balas assassinas o Intendente Municipal Nestório de Paula Ribeiro, colhido pelo fragor de uma exacerbação de ânimos sem precedentes, em plena luz do dia, fato em que se envolveram pessoas da mais elevada expressão social da velha cidade.

Em 1930, poucos anos após a chegada de Americano, Santa Luzia era novamente palco de outra inominável tragédia. Desta feita, o seu Promotor Público, Francisco de Paula Meireles, é que tombava assassinado na praça principal da cidade, por-

'... Isto se deu a quatro dias apenas da morte de americano...'

genheiro-agrimensor Manoel Gonçalves da Cruz, no processo criminal existente na Comarca de Santa Luzia. Entre outras informações, afirma que o Promotor Mota Gonçalves e o advogado Abdias de Araújo moravam juntos em uma casa alugada da mãe do Sr. Artur Ribeiro e que tomavam refeições na "Pensão Mineira". Na casa, tinham escritório conjunto. Assevera Manoel Gonçalves da Cruz que tal era o grau de aproximação e intimidade entre o Promotor e o advogado, que toda a sociedade observava e censurava a conduta profissional deles.

Outras presenças de relevo na tragédia que vitimou Americano do Brasil: Públio de Souza, que exercia, na época, o cargo em comissão de Prefeito Municipal. Com apenas 27 anos, solteiro, natural de Cuiabá, Mato Grosso, era homem enérgico, de temperamento forte, militar de formação, participante ativo, não só da administração Municipal, a seu cargo, como de toda a vida política e social da velha cidade. Teve uma gestão honesta e operosa, porém tumultuada e arestosa, durante os anos de 1932 e 1933.

Os demais participantes significativos no caso são: Da. Rita Flores, 49 anos, viúva, natural de Carmo do Paranaíba, Minas Gerais, proprietária da "Pensão Mineira"; Sebastião Augusto Ferreira Leverger, casado, com 37 anos de idade, natural de Morrinhos, Estado de Goiás, telegrafista e sócio de Rita Flores na "Pensão Mineira"; Castorina de Lima, menor entre 14 e 15 anos, tutelada de Da. Rita Flores e garçone de "Pensão Mineira"; Vigilato de tal, tio de Castorina; a doméstica Geralda, empregada da pensão, e o Cabo Carlos Batista Ribeiro, casado, 27 anos, natural de Trindade, Estado de Goiás, Comandante do destacamento policial de Santa Luzia.

III — AS DESAVENÇAS

A princípio, existia entre Americano do Brasil, o agrônomo Aldovrando Gonçalves, o Promotor Américo Mota Gonçalves e o advogado Abdias de Araújo, um bom relacionamento, havendo informação de que Americano apoiou a vinda do advogado Abdias para Santa Luzia, fornecendo-lhe o próprio numerário destinado ao custeio das despesas de viagem.

Pouco a pouco, porém, esse relacionamento começou a deteriorar-se e as mútuas ofensas e censuras principiaram a mul-

tiplicar-se, em razão de rivalidades profissionais e disputa de clientela.

O advogado Abdias, após a formação de mal disfarçada sociedade advocatícia com o Promotor Mota Gonçalves, sociedade esta de que participava Artur Ribeiro, como agenciador de causas, começou a afastar-se de Americano, que lhe dera as primeiras causas. Não só a afastar-se, como a censurá-lo publicamente.

"Em 1930, poucos anos após a chegada de Americano a Santa Luzia... tombava assassinado na praça principal o seu promotor público... porque procurava investigar crime de estupro praticado contra u'a menor de apenas nove anos de idade"...

De seu longo depoimento, prestado nos autos do processo-crime a que se vem aludindo, consta, a tal respeito, a seguinte afirmação de Abdias de Araújo: "Americano mostrava-se radiante com a chegada do declarante e teve expansões como esta: "Abdias, eu, você e o Mota haveremos de formar um bloco e aqui ganharemos muito dinheiro". Diz ainda que, certa vez, regressando de Formosa, o Dr. Americano mostrou ao declarante duas procurações outorgadas por Adolfo Balbino de Freitas, a ele, Dr. Americano, uma para defesa em processo-crime e outra para promover o seu desquite, dizendo o Dr. Americano ao declarante que lhas substabeleceria e no desquite iriam ganhar muito dinheiro, pois ele ajeitaria o negócio por parte da mulher, que era tontona, e assim ganhariam de ambas as partes. Continua Abdias dizendo que, embora não discutisse com o Dr. Americano, mas notando a leviandade deste, afastou-se do mesmo, vendo naquilo uma proposta indecorosa.

Vejam que, com essa afirmação, o advogado Abdias de Araújo imputava a seu benfeitor a intenção da prática do crime de patrocínio simultâneo, ou tergiversação, atribuível ao procurador judicial que defende, na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

Mais adiante, acrescenta Abdias

dias que, quando revelou a Americano o seu propósito de trabalhar com Artur Ribeiro, homem acreditado e bem relacionado no seio da comunidade de Santa Luzia, Americano do Brasil, com azedume, lhe teria dito: "O Artur é um velhaco, não paga ninguém. Não há aqui em Santa Luzia quem não tenha sido furtado por ele. Você há de se arrepende".

Americano do Brasil, por sua vez, não deixava por menos. Aqui e ali disparava a sua metralha verbal e escrita contra os seus desafetos. O ponto culminante do ataque de Americano foi a ameaça de levar ao conhecimento das autoridades estaduais a sociedade de advocacia que o Promotor Mota Gonçalves mantinha com o advogado Abdias de Araújo. Esse episódio acha-se relatado no depoimento do Prefeito Públio de Souza que, com seu estilo moralista, foi ter com a dupla, para tomar satisfação a respeito do assunto, dizendo-lhes que, como representante da imediata confiança do Governo do Estado, desaprovava formalmente a sociedade existente entre ambos, porque, como cidadão e como Prefeito, via nisso uma criminosa bandalheira, com grave prejuízo para as partes e o bom nome do Governo. Disse ainda Públio de Souza ter feito sentir ao Promotor e ao Advogado que a comandita entre eles já estava provocando protestos na cidade, tanto assim que Americano do Brasil chegou a redigir um telegrama ao Interventor delatando aquelas negociatas.

A profunda irritação que o fato causou ao Promotor Mota Gonçalves e ao advogado Abdias de Araújo será reanalisada mais adiante; porém, concordaram em separar as residências, fato ocorrido na noite anterior à perpetração do crime, segundo alguns depoimentos.

IV — O CASO MALAQUIAS

Americano do Brasil contratou a defesa perante o tribunal do júri, de Malaquias Ferreira, autor de homicídio na região de "Angicos", hoje Município de Padre Bernardo, recebendo, para isso, procuração substabelecida pelo agrimensor Manoel Gonçalves da Cruz. Com a chegada do advogado Abdias de Araújo, a defesa seria realizada em conjunto por Americano de Araújo. Tendo sido preparado o contrato de honorários, em papel timbrado de Abdias e, assinado por ambos, como procuradores, e por Aldovrando Gonçalves, como testemunha, enviou o Americano para assi-

natura de Malaquias, na fazenda em que residia. Malaquias, porém, recusou-se a subscrever o contrato, alegando ser analfabeto. Posteriormente, Malaquias foi chamado a Santa Luzia por Artur Ribeiro e, sendo aí, outorgou nova procuração para Abdias de Araújo, com a mesma finalidade, revogando o mandato anterior. O instrumento de persuasão utilizado nesse expediente foi a redução no preço dos honorários, que passou de três para apenas dois contos de réis. O fato causou indignação a Americano do Brasil que, em carta a Artur Ribeiro, declarara estar rompendo relações com ele, com o Promotor Mota Gonçalves e com o advogado Abdias de Araújo, protestando, ao mesmo tempo, contra a "guitarra ou ratoeira" que eles estavam formando, eles que se diziam puros e se interessarem pela derrubada da oligarquia existente em Santa Luzia.

Isto se deu a quatro dias apenas da morte de Americano, ou seja, no dia 16 de abril de 1932. No dia 19, véspera da ocorrência, quando compareceu à residência comum de Mota Gon-

"... Americano do Brasil, por sua vez, não deixava por menos. Aqui e ali disparava a sua metralha verbal e escrita contra os seus desafetos..."

çalves e Abdias de Araújo, afirma Públio de Souza ter reclamado contra a liberdade ostensiva com que percorria as ruas da cidade o criminoso Malaquias, cujas condições especiais justificavam plenamente a sua prisão preventiva, porque havia vendido todos os seus bens, dando a impressão de que se preparava para empreender fuga do Município.

V — O EPISÓDIO DA DIVISÃO DA FAZENDA "ALMEIDA" — ROMPIMENTO DE ALDOVRANDO COM AMERICANO

Esse episódio é narrado por Joaquim Gilberto, contemporâneo e amigo de Americano do Brasil, de modo satisfatório e completo, conforme transcrição de Humberto Crispim Borges (Americano do Brasil, Vida e Obra, Goiânia, 1982, págs 59 e 60). Afirma Joaquim Gilberto que, em 1930, assolava o Brasil uma grande crise financeira.

Era difícil obter meios de pagamento. Todo mundo passava dificuldades. Aldovrando foi contratado para agrimensor do processo divisório da fazenda "Almeida", onde se situa hoje o loteamento "Chácaras Alves". Terminada a divisão e julgada, Aldovrando pleiteava o recebimento dos honorários, de que era um dos maiores condôminos e deveria pagar mais, (Adelino Elias dos Reis), sobre o qual Americano exercia certa influência. Assim, Aldovrando buscava o pagamento e o Adelino opunha resistência, com base em informações de Americano, de que a divisão fora anulada. Surgiu, então, a incompatibilidade entre Americano e Aldovrando.

VI — UMA OCULTA HISTÓRIA DE AMOR

Como já foi afirmado, Americano do Brasil fundou e dirigia a Escola Normal, que, após a sua morte, tomou o seu nome. Nesse escola, estudava a aluna Nila Chaves, a mais bela e fascinante de todas as jovens que compunham a sociedade de Santa Luzia, à época.

A convite de Americano, Nila passou a trabalhar na secretaria da escola. Dessa proximidade e desse convívio, nasceu, pelo menos da parte de Americano, uma grande paixão pela aluna e secretária.

Nila Chaves tinha relação de parentesco indireto com Aldovrando Gonçalves, que por ela também se apaixonara.

O amor de Americano era tão possessivo (narrou Joaquim Gilberto em conferência na Academia de Letras e Artes do Planalto) que certa feita foi visto em palestra com a linda jovem, bastando isto para que Americano o interpelasse com severidade, ele que era amigo íntimo e da estreita confiança de Americano.

Imaginem o quanto essa rivalidade amorosa não deve ter atuado nos ânimos dos disputantes: um, quarentão, inevitavelmente atingido pela frustração consequente da separação familiar, do mal incurável de que se achava acometido e da queda livre que vinha sofrendo, com o regresso à Província, após sua passagem gloriosa pela Capital da República e pela Câmara Federal; o outro, no vigor da juventude, ansioso por conquistar o seu espaço, disposto a tudo enfrentar para vencer na vida. Eram como dois valentes leões colocados na mesma jaula.

Talvez por isso é que Aldovrando Gonçalves tenha feito esse desabafo, quando convidado a manifestar-se sobre as declarações do Delegado Alípio Ribeiro, ocasião em que afirmou: "Toda a história que rematou com o epílogo que se conhece é muito longa, não vale a pena ser contada. Além do mais, existe aí no meio coisas íntimas para cuja revelação seria necessário que o Dr. Americano ainda existisse".

VII — O PIVÔ DO CRIME

A menor Castorina de Lima, apelidada de "Castu", tutelada de Da. Rita Flores, da pensão Mineira, andava de namoro com o padeiro da cidade. Um belo dia, Castorina chamou a doméstica Geralda, da mesma Pensão, e pediu-lhe que dissesse ao padeiro, seu namorado, que não podia mais continuar com ele o namoro porque havia sido desvirginada pelo agrônomo aldovrando Gonçalves, hóspede da Pensão.

Aldovrando encontrava-se no interior do município, escolhendo madeiramento para a construção de uma ponte contratada com a Prefeitura, Geralda, a doméstica, ao invés de falar somente com o padeiro, atendendo ao pedido de Castorina, levou o fato ao conhecimento da proprietária da pensão. Pronto. Estava detonado o estopim da tragédia. Para aqueles ânimos exaltados e rancorosos faltava apenas um disparador. E este surgiu com a bisnha Castu, que certamente outra coisa não desejava que uma desculpa bem arranjada e forte para acabar o namoro com o padeiro, de olho que já devia estar no soldado de polícia com quem posteriormente se casou, mudando-se de Santa Luzia e saindo para sempre do cenário.

Rita Flores, de imediato chama à sua presença a menor e dela ouve o desmentido: Não fora desvirginada, mas apenas abraçada e beijada por Aldovrando.

A anciã não ficou satisfeita e falou com seu sócio, Sebastião Ferreira Levergger que, por sua vez, comunicou o fato ao Promotor Mota Gonçalves. Este aconselhou a que Da. Rita submetesse a menor a exame ginecológico pelo Dr. Pedro Daross, também hóspede da Pensão, o que foi feito, constatando-se a virgindade da menor.

Houve, a seguir, cenas de escândalo, com Da. Rita Flores espancando a menor, que se homiziou na casa do vizinho. Para capturá-la, o Promotor Mota Gonçalves e o advogado Abdias de Araújo invadiram a residência do cidadão Saturnino Meireles, que se contrariou

muito com o fato e apresentou seu protesto ao próprio Promotor, em sua residência, e ao prefeito da cidade.

Paralelamente, o tio da menor, de nome Vigilato, ante a inércia da tutora em apresentar queixa e também do silêncio do Promotor, procurou o Cabo Carlos Batista Ribeiro, comandante do Destacamento Policial, quixando-se a ele de que em Santa Luzia não havia justiça, porquanto sua sobrinha, menor de idade, chamada Castorina de Lima, tutelada de Da. Rita Flores, co-proprietária da Pensão Mineira, onde a menor trabalhava como garçoneite, fora desvirginada pelo agrônomo e hóspede Aldovrando Gonçalves e como o autor do defloramento era filho de fazendeiro rico, nada iria acontecer com o responsável pela sedução. O cabo, por sua vez, leva o fato ao conhecimento do Prefeito Públio de Souza.

Sabedor do ocorrido, Públio de Souza, que não era de permitir arranhão em sua autoridade, imediatamente mandou chamar o tio da suposta vítima e, depois de ouvir dele a confirmação da narrativa feita ao Cabo Carlos, mandou lavrar portaria de abertura de inquérito policial contra o suposto autor do delito. — eis aí o antecedente imediato do assassinio de Americano —, nomeando o médico Americano do Brasil e o farmacêutico de Araújo Caldas para, como peritos, procederem a exame de corpo-de-delito na suposta vítima.

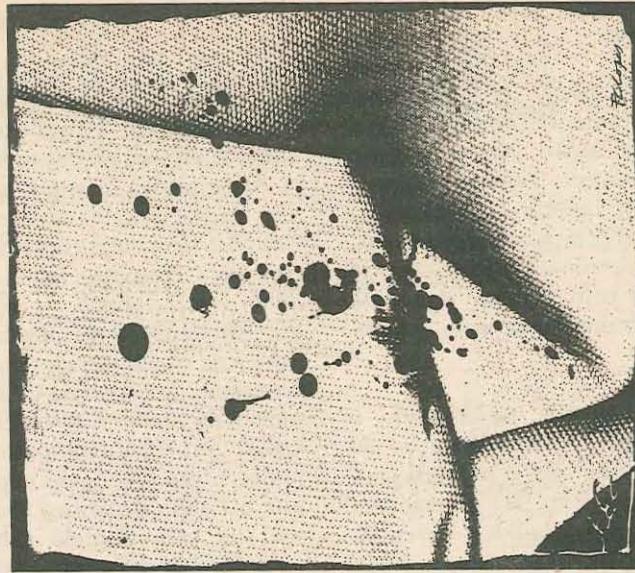
A iniciativa de Públio de Souza, em área exorbitante de suas atribuições, é por ele próprio justificada com base na falta de experiência do Delegado de Polícia, Alípio Ribeiro, civil e integrante da sociedade local.

Essa portaria foi subscrita pelo Delegado sem impugnações, restrições nem protestos.

A partir daí, uma rede de intrigas sem precedentes começou a circular, formando uma densa teia de aranha sobre a velha Santa Luzia, e, como peste virulenta e galopante, em pouco mais de vinte e quatro horas, veio desaguar na inominável tragédia que roubou a vida a um dos mais ilustres e brilhantes intelectuais goianos.

Malgrado a existência da portaria de nomeação dos peritos, o exame pericial não pôde ser realizado de imediato, porque o segundo nomeado, farmacêutico Agenor de Araújo Caldas, não se achava na cidade.

Nesse ínterim, a notícia chegou ao conhecimento do Promotor Público Américo Mota Gonçalves, que, de imediato, endereçou ao Delegado de Polícia um ofício nos seguintes termos:



“... O amor de Americano (por Nila Chaves) era tão possessivo que Joaquim Gilberto... foi visto em palestra com a linda jovem... bastando isto para que Americano o interpelasse com severidade, a ele que era amigo íntimo e da estreita confiança de Americano...”

— “Santa Luzia-Goiaz — Em 19 de abril de 1932 — Senhor Delegado de Polícia, Santa Luzia — Chegando ao conhecimento dessa Promotoria Pública que essa Delegado está, ex-officio, promovendo diligências para apurar um suposto defloramento da menor Castorina de Lima, tutelada de Dona Rita Flores, em companhia de quem vive nesta cidade, cumpre-me, usando das atribuições que me confere a lei, cientificá-lo que, em casos dessa natureza, só haverá procedimento oficial se o responsável pela vítima solicitar interferência da autoridade, provada, porém, antecipadamente, a miserabilidade da menor, única hipótese em que essa Delegacia poderia agir, tornando-se, portanto, mister a paralisação imediata de tais diligências a fim de evitar excesso ou abuso de poder, previsto pelo Estatuto Penal Brasileiro. Saúde e Fraternidade. O Promotor Público Américo Mota Gonçalves”.

Com isto, o inquérito foi suspenso.

VIII — O REGRESSO DE ALDOVRANDO

Às dezoito horas do dia 19 de abril, véspera do crime, chega à “Pensão Mineira”, vindo do interior do Município, o agrônomo Aldovrando Gonçalves, na santa ignorância de tudo o que se passara durante sua ausência. Ao penetrar na casa, foi logo perguntando a dona Rita Flores o que havia de novo pelo comércio. Muito enjôo e muita contrariedade, foi o que lhe

respondeu a dona da pensão. Durante o jantar, que logo se seguiu, Aldovrando voltou a indagar de Rita Flores o sentido de suas palavras, momento em que esta lhe relatou o boato sobre o desvirginamento da menor Castorina. Pediu-lhe Aldovrando que trouxesse a menor à sua presença e, estando aí, pediu-lhe que dissesse o que lhe havia feito. Castorina respondeu: “Você me abraçou e me beijou e não fez mais nada porque eu corri”. Em seguida, Aldovrando teria dito à dona da pensão: “abraçei e beijei e o que a sr^a tem com isso? Teria dito mais que não fez mal a Castorina porque não quis, mas oportunidades para isso ele as teve e muitas. O incidente muito irritou a dona da pensão, que respondeu dizendo que, para um homem que não tem brio, qualquer tempo é ocasião. Neste momento, Aldovrando deixa a pensão e sai. Em seguida, vai à casa do Delegado de Polícia Alípio Ribeiro, com a finalidade de informar-se a respeito do que de verdade havia contra ele. O Delegado colocou-o a par de tudo, revelando-lhe inclusive que Geralda, a empregada da “pensão Mineira”, havia declarado que ele, Aldovrando, oferecera-lhe a quantia de dez mil réis caso esta levasse a menor Castorina ao quarto dele, e a ela, Castorina, daria cem mil réis. Após desmentir perante o Delegado as declarações da Geralda, volta Aldovrando à Pensão Mineira. Aproximava-se das dez horas. Aí começou um entrevivero fortíssimo com Da. Rita Flores, reclamando o agrônomo de ter encontrado seu quarto

revirado, que Da. Rita se desculpou, dizendo que algumas peças de roupa haviam sido retiradas para serem lavadas. Irritado, interpelou-a Aldovrando, dizendo-lhe que ela pretendia desmoralizá-lo, travando-se aí acalorada discussão entre ambos, no correr da qual afirma ela que ele levou, por duas vezes, a mão à cinta, ameaçando tirar o revólver. Reconhece Rita Flores, em suas declarações que, nessa hora, disse a Aldovrando tudo o que um homem pode ouvir de mal a seu respeito.

Após essa discussão, Aldovrando saiu da pensão e lá não mais voltou.

IX — O DIÁLOGO FATÍDICO

Deixando a Pensão, Aldovrando deu algumas voltas pelas ruas da cidade e foi ao encontro do Promotor Mota Gonçalves, que se encontrava na chácara de Artur Ribeiro, próxima da fonte das Três Bicas, onde também se achavam o advogado Abdias de Araújo e o dentista Arquimedes Batista Tormim. Ali, chamando o Promotor particularmente, assentaram-se à porta da garagem da casa, onde mantiveram este diálogo:

— Mota, quero que me diga o que realmente se passa contra mim — perguntou aldovrando.

— Não se incomode mais com isto — respondeu Mota Gonçalves, percebendo a exaltação de Aldovrando. — Já acabou tudo, pode ficar sossegado. Eles queriam submeter a menor a um exame, mas já desistiram.

— Eles quem? — indagou Aldovrando.

— Eles ... o Delegado — respondeu o Promotor — tanto que já tinha baixado uma portaria nomeando peritos.

— E o exame foi feito? — perguntou Aldovrando.

— Não.

— Pois eu preferiria que fosse feito, porque assim ficaria comprovada a minha inocência — observou Aldovrando.

— Eu creio que nem mesmo fosse por sua causa que se pretendia fazer o tal exame. Era para arranjar um meio de se obter minha demissão ou transferência daqui — disse Mota Gonçalves.

— Sim, mas se a menina estivesse deflorada quem ficaria desmoralizado era eu, mesmo sem culpa no caso — respondeu com indignação Aldovrando.

— Escute, — continuou o Promotor Mota Gonçalves, — como se trata de uma menor tutelada, eu suspendi, por meio de um ofício ao Delegado, o

“... Passava da meia-noite e entrava-se pela madrugada do fatídico dia 20 de abril de 1932...”

exame que devia ser feito, visto que a tutora Rita Flores não apresentava queixa por escrito, por ter o médico Pedro Daross examinado particularmente a menor, confirmando a sua virgindade, isto antes que se projetasse o tal exame. Por conseguinte, não havia necessidade alguma do mesmo, principalmente considerando que nem era atribuição da polícia. Sendo deflorada uma menor e não provado o seu estado de miserabilidade, nem a polícia ou mesmo o curador de menores tem coisa alguma a ver com isto. Compete aos pais ou tutores apresentar queixa por escrito do delito. Neste caso, então, o curador de menores tomará providência. E nada disso houve. Se tivesse havido, pode estar certo de que eu agiria dentro do meu dever. Nas minhas atribuições não admito que ninguém se intrometa. Eu disse a Da. Rita que, uma vez que o Dr. Pedro Daross verificou que Castorina não estava desvirginada, e que ela, tutora, até então, não apresentara queixa por escrito, procurasse abafar o escândalo, pois tudo não passava de uma intriga feita pela preta Geralda, e que, se ela fosse intimada, não comparecesse à Delegacia. Isto eu disse ontem e, no entanto, para hoje tinha sido marcado o exame que o Delegado mandava proceder e que mandei suspender, conforme já disse.

— Ora, Mota, — interveio Aldovrando, — não sendo essa questão atribuição da polícia, conforme você acaba de explicar, por que tanta insistência no exame? Está me parecendo é que tem alguém interessado em provocar a minha desmoralização. Americano é meu inimigo. Será que ele não está tomando parte nisso?

— Pois você não está vendo em tudo isto o dedo de Americano? — respondeu o Promotor. E prosseguiu: — Mas com isto ele não está visando a você, ele visa é a mim. Você não sabe que eu também acabo de romper relações com ele?

Aldovrando respondeu que não sabia, pois quando se retirou da cidade eles ainda eram amigos. Surpreendido, perguntou ao Promotor:

— Como se explica isto? Quem está complicado no escândalo sou eu e como é que o Americano visa a você?

— Da seguinte maneira, — explicou o Promotor, — feito o exame na menor e caso se encontrasse aquela desvirginada, Americano imediatamente daria denúncia contra mim, por

não ter tomado providência alguma em benefício da menor e, por este meio, talvez, julgasse obter a minha demissão do cargo de Promotor, ou a minha transferência para outro lugar. Creio mesmo que, em Goiaz, já deve existir alguma denúncia contra mim, dada pelo Americano.

Neste ponto, percebendo o Promotor a visível irritação de Aldovrando com o procedimento atribuído ao Dr. Americano, procurou acalmá-lo, dizendo-lhe que sossegasse, que tudo estava acabado. Levantaram-se e foram assentar-se debaixo de uma mangueira que existia na frente da casa de Artur Ribeiro,

“... Um fulgente luar de prata banhava a velha cidade de Santa Luzia, projetando em suas ruas silenciosas a sombra fantasmagórica de vetustos e mal assombrados casarões”...

onde já se achavam palestrando o próprio Artur, o advogado Abdias de Araújo e Arquimedes Batista Tormim. Logo que dali se retiraram os três visitantes e já a caminho da cidade, Aldovrando disse ao advogado e ao Promotor:

— Nós precisamos nos defender do Americano, eu, principalmente. Na divisão da fazenda “Almeida” ele escreveu um bilhete ao Dr. Abdias em que desabonou todos os que funcionaram no processo, inclusive a mim. Agora, mandou um bilhete atrevido ao Senhor Artur Ribeiro em que desabona vocês dois. Aparece esse caso do defloramento e ele, para se vingar do Mota, não teve receio de passar por cima de mim.

A isto respondeu o Promotor:

— Enquanto ele não se meter com a minha vida, vai indo tudo muito bem.

E o Dr. Abdias, por sua vez, interveio, dizendo:

— Quanto a mim, não tenho receio algum.

— Se este homem continuar assim, — falou Aldovrando Gonçalves, — não tardará a encontrar alguém que o mate.

— Não pense nisso, — atalhou Abdias, — deixe para ou-

tros. Isto é uma idéia louca.

Ao chegarem à casa do Promotor e do Advogado, o dentista Arquimedes Tormim seguiu em frente, tendo Aldovrando entrado para ler a cópia do ofício que o Promotor havia mandado ao Delegado de Polícia determinando a suspensão do inquérito e, conseqüentemente, do exame de corpo-de-delito na pessoa da menor Castoriana de Lima. Nesse momento, o Promotor Mota Gonçalves explicou que o Públio de Souza estivera em sua casa falando sobre o assunto, quando teve ensejo de explicar-lhe que o inquérito não poderia ser aberto sem prévia queixa da representante legal da menor.

— Mas se o Tenente Públio não conhece bem a ação da justiça, será que ele se deixa influenciar pelo Americano? — obtemperou Aldovrando.

— Você não vê a intimidade de Americano com ele? — disse o Promotor.

— Mas você tem certeza que o Americano toma parte nisso?

— Ora, você ainda pergunta? Quem é que não percebe isto?

— Sim, senhor, — desabafou Aldovrando —, vocês ele ainda respeita, ao passo que a mim não tem o menor respeito. É como se eu já não existisse. Já me considera nulo. Um desmoralizado. Um inimigo fora de combate.

Depois de um aparte do advogado Abdias dizendo que por eles Americano também não tinha respeito, Mota Gonçalves interveio novamente, para dizer:

— Eu não tenho dele o menor receio. Dentro da minha atribuição é que ninguém entrará. Não tenho medo de campanha feita por ele, tanto que já avisei ao pai do Americano para que também o avisasse que toda amizade que mantivemos até agora se transformou em ódio. Que ele não fizesse nenhuma referência a meu respeito, nem para elogiar, nem para difamar e que não iria pessoalmente falar com Americano porque temia o seu gênio e acabaria dando-lhe alguns tiros.

Depois de afirmar que não iria procurar o Professor Antônio Eusébio, proque havia sido seu aluno em Formosa e conhecia bem a sua mania de perseguição, Aldovrando consultou ao Promotor:

— Se eu mandar um recado ao Americano, dizendo-lhe que deixa de intrometer-se em minha vida, não eu acabo en-

chendo-o de tiros, isso é tentativa de morte?

Quem respondeu foi o advogado Abdias de Araújo:

— Não caia nessa. Se o matarem de um momento para outro, pois ele tem muitos inimigos aqui, dirão que foi você.

Aldovrando encerrou o encontro já por volta da meia-noite, dizendo a seus interlocutores:

— Pois amanhã irei apurar os fatos e verificar se realmente Americano, para se vingar de você, Mota, tentava realizar, por meio da Polícia, o exame da menor, para o que Americano era um dos peritos, e se descobrir que era ele quem, à viva força, tentava fazer o referido exame, sem que para isso hou-

“... Aldovrando segue-o e vendo-o já por terra, ainda lhe despeja em cima toda a carga de sua arma-cinco tiros, não tendo completado seis por ter negado a última cápsula do revólver, que somente “picou” a espoleta...”

vesse queixa, por parte da tutora da menor, processa-lo-ia por crime de injúria.

Em seguida despediu-se e retirou-se muito exasperado.

X— A VIA CRUCIS

Passava da meia-noite e entrava-se pela madrugada do fatídico dia 20 de abril de 1932. Um fulgente luar de prata banhava a velha cidade de Santa Luzia, projetando em suas ruas silenciosas a sombra fantasmagórica de vetustos e mal assombrados casarões.

Sentindo-se desmoralizado pela injúria à sua pessoa e dizendo não ter encontrado na cidade um albergue onde pousar, Aldovrando, após tresloucado perambular pela cidade adormecida, foi novamente à chacára do Artur Ribeiro a quem pediu pousada.

No trajeto, carregava um turbilhão de idéias confusas e desesperadoras, no torvelinho das quais passou insone as horas restantes da fria madrugada noturna do Planalto.

Como asseverou mais tarde, levava no espírito a exasperação incontrolável causada pela potente carga emocional das con-

tudentes afirmações do Promotor Mota Gonçalves.

Impossível retirar da mente o eco das últimas palavras que ouvira de Mota Gonçalves: “O Americano é que não fará estas coisas comigo, porque qualquer dia eu irei à casa dele e lá o enchei de balas, porque eu sou homem de que, por isso mesmo, tenho receio de meu gênio, já mandei recado a ele pelo pai!”.

XI— O EPILOGO

Logo ao clarear do dia, levantou-se, aceitou meia xícara de café na casa onde passou a noite, foi à residência do Delegado Alípio Ribeiro, acordou-o, com ele conversou, ouviu dele que Americano nada tinha a ver com o inquérito e o resto é o que todos já sabem e que Promotor João Augusto de Melo tão bem descreveu na denúncia:

“Dali, depois que havia saído um cliente do consultório do Dr. Americano do Brasil, seguiu Aldovrando Gonçalves pela rua, em direção à casa daquele médico. Ao passar pela porta da casa, avistou Americano no interior da mesma e para lá se dirigiu. A cena é rápida. Ríspido e agressivo, interpela o médico e tomando do revólver que já trazia à cinta, alveja-o à queima roupa. Americano do Brasil, que se achava à porta do seu consultório, com o primeiro tiro, corre e cai no chão, dentro em seu quarto de dormir. Aldovrando segue-o e vendo-o já por terra, ainda lhe despeja em cima toda a carga de sua arma, — cinco tiros, não tendo completado seis por ter negado a última cápsula do revólver, que somente “picou” a espoleta. Deu, assim, expansão ao complexo torturante que se recalca em seu íntimo, eliminando, brutalmente, aquele homem acerca do qual Aldovrando fazia meras conjecturas de lhe estar desmoralizando”.

É o fim de uma triste história, em que Santa Luzia, como se acaba de demonstrar, constituiu apenas o cenário macabro, porém em que nenhum de seus filhos diretamente se envolvera.

* Dilermando Meireles, historiador e ensaísta, pertence à Academia de Letras do Planalto e à Academia Goiana de Letras onde realizou por ocasião de sessão alusiva ao Centenário de Americano do Brasil, a leitura do presente ensaio. Endereço para correspondência: SQS 313 Bloco “K” Apt. 102 — Brasília-DF

Antônio Americano do Brasil

Um intelectual e a história

Americano do Brasil foi o Sebastianismo intelectual do Planalto Central. No artigo que se segue, o prof. Dinair Andrade da Silva contextualiza Americano no universo de idéias de seu tempo.

Dinair Andrade da Silva

Universidade de Brasília

Americano do Brasil foi fortemente influenciado pelo pensamento e ação de dois homens ligados ao seu ambiente familiar: Antônio Eusébio de Abreu, seu pai e Henrique Silva, seu tio-avô.

De Eusébio de Abreu, mentor de seus primeiros estudos, recebeu notadamente concepções sobre línguas, que era o forte desse fundador de escolas em várias localidades goianas. Segundo depoimentos de ex-alunos seus, ministrava português, latim, francês, inglês, italiano e espanhol, suprimindo a falta de material didático com lições e manuais de sua própria elaboração e chegando a publicar uma gramática da língua portuguesa. Eusébio fazia também incursões pelo tupi-guarani.

Henrique Silva dedicava-se ao jornalismo, concentrando sua atenção nas áreas de geografia, história e economia, sobretudo no tocante a Goiás, que defendia e divulgava com invulgar tenacidade. Já em 1890, pelas páginas de "O País" apontava a conveniência da mudança da capital do país para o planalto goiano, chegando a visualizar a cidade: "Uma obra-prima, a última palavra da engenharia do século XIX, tendo a forma de uma estrela e uma dimensão como nenhuma cidade contemporânea." Entre suas viagens de estudos e observações na região Amazônica e Centro-Oeste, enquanto militar da ativa, destaca-se a que fez, de 1892 a 1894, como secretário da Comissão Cruls, a equipe que explorava o Planalto Central com vistas à construção da nova capital, prevista na Constituição. Henrique Silva estava radicado no Rio de Janeiro desde 1883 e lutava pela criação de uma entidade que, de lá, defendesse os interesses da terra natal, o que conseguiu, depois de tentativas prévias, com a fundação, em 1917 e com a participação de Americano do Brasil, da revista mensal "A Informação Goiana". Americano figurou como diretor até o oitavo número da publicação, em virtude de seu ingresso na política partidária goiana. Henrique Silva mantém firmemente a revista, que desaparece com sua morte, em 1935. É patente a força dele e de sua revista como pólo de atração da juventude goiana que se renovava nas escolas superiores da capital, uma função facilitada por não haver se filiado ostensivamente a nenhuma corrente partidária goiana. No campo econômico, a tecla era uma só e pode ser traduzida por: Goiás é um bom investimento. Os temas que abordava — econômicos, geográficos, históricos, folclóricos, etc. — eram constantemente retomados e defendidos por outros goianos, dentro e fora da política, entre os quais Americano do Brasil.

O interesse pela tradição e pelo folclore era uma característica da época, uma busca de bases para o nacionalismo que se reforçava com a experiência republicana. A Europa vivia a

experiência dos nacionalismos italiano e alemão, que desembocariam no fascismo e no nazismo. Tendências análogas resultariam no integralismo brasileiro.

Embora em contradição com a tônica modernizadora, a tradição entrava como argumento inclusive para a mudança da capital para Goiás: o Rio era cosmopolita demais para continuar representando a nação, ao passo que Goiás, isolado no sertão, conservava as forças genuinamente nacionais.

É fácil perceber a ambiguidade que se criava na mente, sentimentos e atitudes dos jovens que partiam do interior para a capital do país: o conforto e a estimulação intelectual em oposição ao desconforto e marasmo. A tendência maior era fixar-se no grande centro cultural e de lá defender, de forma subjetiva, o estilo de vida antigo e, de forma objetiva, o estilo novo, com permutas ocasionais de ponto de vista, de acordo com a avaliação das circunstâncias.

Americano do Brasil não fugiu a essa tendência. Depois de completar sua formação em Medicina no Rio, voltou a Goiás para integrar o governo de seu futuro sogro, retornando ao Rio na qualidade de deputado federal e lá ficando mesmo depois de aliado do poder. Sua nova volta a Goiás, ao lado de fatores de ordem familiar (afastamento da mulher e da filha, que continuaram morando no Rio), representa uma tentativa de retorno ao poder, via realinhamento partidário. Melhor dizendo, um retorno, talvez provisório, motivado por fatores político-familiares, já que num regime oligárquico razões de família e razões de Estado são convenientemente confundidas. Um possível retorno ao Rio foi definitivamente frustrado pelo seu assassinato em 1932, aos 40 anos de idade, em circunstâncias que pareciam envolver aspectos políticos-partidários.

Americano do Brasil foi um homem do seu tempo, o representante goiano do intelectual brasileiro das primeiras décadas do século: diversidade de interesses, cultivo da arte literária e da retórica e atração pela polêmica jornalística e pela política. Seu pensamento era orientado pelo organicismo: tendência a igualar os produtos culturais aos organismos vivos, transferindo as descrições e explicações de um setor para o outro. É uma tendência que vinha do século anterior e que se prolongava pela inserção em diversas correntes culturais que coexistiam neste. Tinha forte apelo por seu caráter científico e, no caso de Americano era apenas reforçada por sua for-

mação médica. A corrente a que Americano aderiu, com bastante fidelidade, foi a evolucionista, notadamente na versão brasileira defendida e divulgada por Silvio Romero.

PAISAGEM IDEOLÓGICA

Americano do Brasil representa o exemplo goiano do intelectual brasileiro formado dentro das correntes culturais que conseguiram avançar até as primeiras décadas deste século. A ciência, embora impregnando fortemente a filosofia, ainda não havia conseguido impor seu ideal de especialização, ou seja, ainda não havia conseguido erigir em dogma científico a organização político-econômica das sociedades industrializadas: a divisão social do trabalho. Assim, era a visão ampla ambicionada pela filosofia que ainda prevalecia.

A sociedade era vista criticamente e a tônica era no equilíbrio social. Assim, dentro do organicismo, rupturas no equilíbrio era igualadas a doenças e a volta ao equilíbrio era procurada por meio de remédios, as reformas sociais.

Dentro dessa visão do mundo, Americano produziu bastante, sobretudo durante sua atuação como deputado por sua terra natal. Isso refletia sua crença de que os problemas sociais poderiam ser resolvidos por reformas pregadas da tribuna parlamentar. Embora insistisse, teve oportunidade de perceber que o funcionamento real do sistema não caminhava nessa direção.

Americano também participava da crença na neutralidade da ciência e de que seu papel só poderia ser positivo.

Todavia, qualquer inclinação a autoritarismo científico seria denunciada pela própria concepção evolucionista:

"Para conservar encanto novo e prender o espírito da humanidade, a ciência jamais será definitiva: as últimas idéias não são senão para um tempo limitado; é o "wercen" perpétuo a remoçar o espírito positivo".

Americano visava a melhoria da sociedade brasileira e de sua terra natal. Participava concretamente de dois ambientes culturais diferentes: o carioca — inovador — e o goiano — conservador. Por um lado, era levado a enaltecer sua terra como ela era e, dentro do movimento nacionalista, havia estímulo para tal.

Pelo outro lado, era levado a criticá-la: "Um meio em que tudo é difícil de se conseguir". E a atuar para modificá-la, modernizá-la, levar a ela o "progresso".

É dentro do impulso de enaltecer sua terra que se enqua-

dram seus trabalhos sobre história — a busca tradicionalista de heróis e feitos heróicos, sobre riquezas naturais — a propaganda concreta em busca de investimentos, e sobre o folclore — a busca de preservar as manifestações populares.

Americano, no campo da história, não conseguiu lugar para o "rex absconditus de todos os tempos, o único autor verdadeiro da história". Seu lugar estava reservado era na área do folclore:

"Que um dia o ciclone da civilização varrerá os priscos hábitos das antigas raças mestiçadas com o clima ou transformadas eugenicamente, é tema sem discussão, e que é definido por uma determinante sociológica; porém, por muitos decênios ainda a lembrança desse passado acalantar, na alma dos vindouros, a saudade dos dias simples de seus antepassados, suas folias, suas fogueiras, suas canções e até seus ensalmos. Porque tudo isto é a alma do povo indefinida..."

A outra tendência, contrária ao enaltecimento da terra como ela era, consistia precisamente em atrair o "ciclone da civilização", e não somente para Goiás. Americano idealizava as sociedades industrializadas, as nações "cultas", "civilizadas". Esses dois quadros é que orientavam Americano da detecção de nossos problemas sociais e na proposta de soluções, da mesma forma como guiavam outros intelectuais brasileiros do fim do século passado e princípios deste. No tocante ao levantamento de problemas, esses quadros possibilitavam uma perspectiva bastante crítica. As propostas de solução, contudo, tinham pouco alcance prático, pois caminhavam em direção contrária aos interesses não manifestos dos grupos que controlavam a sociedade, de dentro e de fora.

Americano, também como outros intelectuais do seu tempo, pertencia aos grupos que controlavam a sociedade, de dentro. Dificilmente se poderia determinar qual grau de conhecimento ele tinha dos interesses não manifestos do seu grupo, que teriam de ser os seus. Até que ponto Americano percebia que não passava de idealização considerar-se um representante do "povo"? Seu papel real era de representante de uma oligarquia, e de um meio em que as regras do jogo político eram bem rudes. Momento houve em que percebeu os reais interesses dos que dirigiam a sociedade, de fora. Momentos houve em que percebeu os reais interesses do seu grupo e dos demais que dirigiam a sociedade, de dentro. E houve um momento, que lhe custou caro, em que não só per-

cebeu, mas denunciou o jogo oligárquico, o controle da sociedade, de dentro e de fora: a questão da lei de imprensa. Esse ponto mostra a força de seus quadros de referência teóricos na ocasião: a defesa de princípios. Mas há o lado prático do problema também. O acesso à leitura e escrita era restrito a poucos, e esses poucos teriam de se alinhar às oligarquias que disputavam o mando, a nível local e nacional. Com uma lei de imprensa restritiva demais, a oligarquia dominante estaria vedando às demais um dos canais de acesso ao poder: a devassa. De qualquer forma, com sua atitude, Americano violou as regras do jogo e teve de pagar o preço. Sua decepção com o desfecho foi tal que chegou a classificar de imbecis os princípios que sempre invocava nos seus pronunciamentos parlamentares:

"É realmente imbecilidade o patriotismo, o civismo, e o mais".

Mas Americano não abandonou a política nem deixou de invocar esses princípios. Dificilmente poderia fazê-lo. Se o fizesse, teria de renunciar, em sua volta à terra natal, sem a companhia da esposa e da filha, à atividade que realmente dava vida às fazendas, povoados e cidades. Ademais, havia, na época, uma atmosfera que condizia com seus traços românticos e sua concepção heróica de história, reforçados por sua experiência de oficial médico do Exército: as incursões tenentistas que culminaram com o golpe getulista de 1930, aclamado, sem estranheza, com honras de revolução.

A concepção heróica de história estava ligada a outra atividade intelectual de Americano, a literatura. Percebemos, por sinal, uma dose de afetividade em seus escritos historiográficos. Afetividade que se mostra plenamente em poemas vesando sobre personagens e feitos da história oficial. Traços afetivos estão também presentes em seus trabalhos sobre folclore e sobre aspectos da terra goiana. Associado à literatura estava seu interesse por questões de linguagem bem como o cultivo da retórica e da eloquência, características que lhe marcavam a combatividade pela tribuna ou pela imprensa.

Americano esteve em sintonia com as fortes tendências nacionalistas e regionalistas da época, que, a despeito dos inegáveis traços românticos, procuravam obter um retrato mais fiel do país do que o traçado pelos nacionalistas e regionalistas precedentes.

* Dinair Andrade da Silva, é mineiro de Carmo do Paranaíba, formado em História, professor e mestre do Departamento de História da Universidade de Brasília. Endereço para correspondência: SHIN QI 2 — Conjunto 6 — Casa 6 — 71.000 — Brasília, DF. O presente artigo compõe-se de excertos da obra "Um intelectual e a história: Antônio Americano do Brasil, Brasília, 1982.

Desde o século do Descobrimento, a corôa portuguesa, objetivando a consolidação da posse do território brasileiro e a sua expansão territorial, bem como a exploração das riquezas das minas e a correspondente cobrança de dízimos, estimulou a formação de expedições continente adentro.

Nos séculos XVII e XVIII, com as Entradas e Bandeiras, determinou-se a incorporação de terras pertencentes à Espanha, pelo tratado de Tordesilhas. Em 1755, firmou-se o tratado de Madri, quando a Espanha reconheceu a expansão do território português: ao Sul até o Chaco Paraguai, ao Norte Marañon acima e seus afluentes, até às fraldas da Cordilheira dos Andes.

Os chapadões dos goiases estão a meio caminho destas fronteiras. Aqui buscou-se o ouro, a prata, as esmeraldas e vieram as bandeiras paulistas, através de Bartolomeu Bueno da Silva — Anhangüera — e Borba Gato, dirigindo-se inicialmente para Goiás Velho, com extensão depois para Pirenópolis, Niquelândia, Crixás, Pilar, Cavalcanti, e outras mais.

A mineração, em busca de metais, e mais especificamente à procura do ouro, constituiu, sem dúvida, o objetivo principal das pesquisas de riquezas mineiras, acumuladas no Brasil Central, quando da fusão da nebulosa de La Place, com a concentração dos metais pesados no eixo do continente sul-americano.

Para a região do Planalto Central, especialmente, veio a Bandeira de Antonio Bueno de Azevedo que penetrou no estado de Goiás, atravessando o rio São Bartolomeu e fixando-se em uma área rica em minérios, que foi a de Santa Luzia, hoje Luziânia.

A partir desta bandeira iniciou-se a formação da antiga Mestre D'Armas.

À procura de novas áreas de exploração, um membro desta bandeira, Antonio Martins de Souza Vasconcelos, chega às proximidades da atual Planaltina, às margens de uma vertente do Corguinho (rio), afluente do "Mestre D'Armas", onde colhe amostras para regressar a Luziânia levando cascalho, a que chamou de "Cascarras" — córrego que ficou com este nome.

Outra pesquisa é feita em direção ao rio Maranhão. No córrego Palma, na fazenda do Urbano — hoje Santa Cruz — nome ligado ao pesquisador de ouro Urbano do Couto.

No que concerne às pesquisas minerais no município de Planaltina, elas se limitaram praticamente às duas citadas. Sem alcançarem maiores resultados.

Nestas caminhadas de Sul para Norte, de Leste para Oeste ou vice-versa, buscavam caminhos seguros e fáceis, utilizando os espigões ou os rios, encontrando em Planaltina, no local hoje conhecido como "Águas

Emendadas", o cruzamento natural destes caminhos.

Planaltina tem como cronologia básica de início de sua história os meados do século XVIII, sendo que nos documentos existentes não há indicação precisa da data de fundação do povoado.

Sua origem está ligada à existência de um artífice, que exercia as funções de ferreiro, consertador de utensílios e habilidoso no trato, principalmente, com as armas. E por isso conhecido como o "Mestre D'Armas", dando nome ao povoado que aí se iniciara.

Segundo alguns, este hábil profissional seria descendente de um dos desbravadores paulistas que aqui teria ficado; outros porém afirmam que este armeiro teria vindo da Bahia, com destino ao Sul, em busca das minas e não prosseguindo, fixou-se neste local com sua tenda de ferreiro, e teria tido nome de "Januário".

PRIMEIRAS FAMÍLIAS

A primeira data sobre Planaltina registrada em documentos é encontrada nos arquivos da câmara municipal de Luziânia, constando que em 25 de Janeiro de 1812, Francisco Teixeira Coelho foi sepultado no cemitério de "Meste D'Armas".

Nas primeiras décadas do século XIX chega a Mestre D'Armas família numerosa de um rico fazendeiro, capitão José Gomes Rabelo, segundo uns vindo de Itabira-MG, e em segunda versão, vindo das minas de ouro de Goiás Velho.

Fixou-se com a família, inicialmente, na fazenda Lagoa Bonita, estendendo suas posses pelo município, inclusive até o povoado de "Mestre D'Armas", onde passa posteriormente a morar. Ao lado do trabalho em prol do povoado, construiu ali uma capela, orago de São Sebastião — primeiro passo para implantação da paróquia.

Aos primeiros que aqui chegaram, se somaram outras famílias:

— **ALARCÃO** — Descendente de um dos fundadores do Arraial de Sant'Anna (Goiás Velho), Claro Carlos de Alarcão transferiu-se para Meia Ponte (Pirenópolis). No século 19 (1880) sua viúva Margarida Soares Alarcão muda-se diretamente para Mestre D'Armas, com 9 (nove) filhos: Balbino, Hermano, João, Deolino, Sebastião, Cassiana, Marcelina, Maria e Etelvina;

— **PEREIRA VALVERDE** — Deslocou-se para Mestre D'Armas, Vitor Pereira Valverde, vindo da Bahia, instalando-se inicialmente às margens do Córrego Cascarra. Torna-se depois membro da primeira junta da intendência municipal de Planaltina.

Mais tarde, outras famílias seguiram-se a estas para a formação do povoado, como; por exemplo, de João Quirino de Lima, — que se casa com a viúva Margarida Soares de Alarcão, e se torna o primeiro presidente da intendência municipal de Mestre D'Armas. E a de Coelho Guimarães, que jun-

tamente com João Quirino torna-se membro da 1ª junta da intendência.

De diferentes pontos de Goiás e do País outras famílias vieram para Planaltina, a saber:

□ **DE FORMOSA** — Castro, Paiva, Duarte e Silva, Pereira da Costa, Guimarães, Melo, Marques da Rocha, Ignácio de Oliveira, Augusto de Oliveira, Amado, Espindola, Gonçalves, Dutra.

□ **DE LUZIÂNIA** — Gonçalves Soares, Flores, Louly, Rufino de Souza.

□ **DE SÃO JOSÉ DO TACANTINS** — Almeida Campos, Salgado, Ribeiro de Freitas, Alves da Costa (Sr. Joca).

□ **DA BAHIA** — Pereira Valverde, Alves Pereira, Caldeira Nunes, Pignata, Rodrigues da Silva, Honorato Silva, Batista, Muniz Figueiredo.

□ **DE PORANGATU** — Vieira.

□ **DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA** — Curado, Cândido Torres.

□ **DE OUTRAS ORIGENS** — Cardoso Delgado, Batista, Lopes dos Santos, Souza e Silva, Ribeiro de Souza, Firmino de Castro e Pereira do Amaral.

□ **DE MINAS GERAIS** — Mundim, Alves de Souza.

□ **DE SÃO PAULO** — Vitorino Benvinhate, Del Fiaço, Gracini, Salgueiro Bano e Alexandre Sicheroli.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Do ponto de vista de jurisdição o território onde se situava "Mestre D'Armas" pertenceu ao julgado e vila de Santa Luzia, desde os tempos coloniais.

Em 20 de janeiro de 1837, mestre D'Armas é transferida para o julgado de Couros (Formosa).

Várias anexações e desanexações ocorreram, levando o povoado a pertencer ora a Santa Luzia (Luziânia), ora a Formosa.

Em 1858, é feito o registro paroquial N° 316 no livro dos registros do departamento de terras de Goiás, das terras do patrimônio da Igreja de São Sebastião, doadas pelos herdeiros de José Gomes Rabelo e outros e tendo como procurador da capela Sebastião Carlos de Alarcão.

Através da Lei N° 3 de 19 de agosto de 1858 é criado o distrito de "Mestre D'Armas, com seus limites indo do rio Maranhão ao córrego Vicente Pires.

Em 26 de outubro de 1866 é dada permissão a Leonel de Souza Lima para abrir uma escola primária, no Arraial de Mestre D'Armas, para alunos do sexo masculino.

A partir de 1880, vários fatos contribuem para o fortalecimento e desenvolvimento de Mestre D'Armas:

— Através da Lei N° 615, de 2 de abril de 1880, é criada a paróquia de São Sebastião, já contando inclusive com uma capela e um patrimônio.

— Em 21 de julho de 1882, através da Lei Provincial N° 671, é criada a primeira escola pública do distrito, destinada

Memória do Mestre D'Armas

(Planaltina -- DF)

HOSANNAH CAMPOS GUIMARÃES

Academia de Letras e Artes do PL

Neste artigo (desdobrado em duas partes), Hosannah de idade, ostentando as notáveis lucidez e memória própria, sobre as memórias de sua Mestre D'Armas n com méritos, esta seção de DF Letras, dedicada



Planalto

Mestres (I)

(DF)

GUIMARÃES

do Planalto

Hosannah de Campos Guimarães, aos 87 anos de idade que o distinguem, discorre de punho na sua natal (Planaltina-DF), inaugurando, com esta, uma página inédita História do Planalto.



também, a alunos do sexo masculino.

— Em 19 de março de 1891, através do Decreto N^o 52, o distrito de Mestre D'Armas fez elevou a categoria de município e é desmembrado do de Formosa. A instalação do município se dá, porém, no ano seguinte, em 28 de fevereiro de 1892, quando solene e festivamente o povo de Mestre D'Armas fez doação ao Governo do Estado dos prédios da intendência, cadeia e escola pública — todos construídos por particulares. Nesta mesma solenidade de instalação da intendência foram aclamados os primeiros intendentess, sendo o capitão João Quirino de

Lima o primeiro presidente da intendência municipal, tendo ainda como membros Simão Gomes Rabelo, Victor Pereira Valverde, Manoel Coelho Guimarães e Pedro Gomes de Castro.

— No mês seguinte, a 19 de março de 1892, o governador do estado de Goiás — Marechal Braz Abrantes — os confirma no cargo.

Neste mesmo ano, a 17 de maio de 1892, em obediência ao Art. 3^o da Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1991, é criada pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Floriano Peixoto, através da Portaria N^o 119-A, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo engenheiro belga Luiz Cruls, com a finalidade de estudar a região onde seria instalada a futura capital da País, região que incluía também o município de Mestre D'Armas.

No ano seguinte, a 6 de março de 1893, o governo do Estado de Goiás cria o "termo judiciário do distrito de Mestre D'Armas", constituído de Foro Cível, Conselho de Jurados e subdividido em três distritos especiais, que são instalados a 1^o de abril do mesmo ano.

Neste mesmo ano é feito o primeiro mapa com a demarcação do quadrilátero Cruls.

A 1^o de julho de 1894, após estudos profundos, a Comissão Cruls, como passou a ser conhecida, apresenta o seu famoso "relatório", onde sugere e demarca a área destinada à futura capital da República, e onde se incluía o município de Mestre D'Armas.

Deste período até 1910, Mestre D'Armas vive a expectativa do desenrolar das idéias mudancistas. Tendo como chefes do Executivo local João Quirino de Lima, Salvador Coelho da Silva Campos, Eleodoro Vaz Cardoso, Militão Gomes Rabelo, Simão Gomes Rabelo, Pedro Gomes de Castro, Manoel Vaz Cardoso e Afonso Coelho da Silva Campos.

Em 1910, pela Lei N^o 363, de 22 de julho, Mestre D'Armas passa a denominar-se "Altamir", até 14 de julho de 1917 quando, através da Lei Estadual N^o 41, passa a se chamar "Planaltina", por iniciativa do deputado estadual José Teodolino da Rocha, de Formosa. Planaltina na 1^a Metade deste Século?

A partir da década de 20, até aproximadamente 1930, verifica-se um crescimento e mudanças nas atividades políticas e econômicas, pois superado o ciclo do ouro, o ciclo do gado é retomado com afinco e várias atividades decorrente, aí se iniciam.

É instalada a luz elétrica, as indústrias do couro com o curtime, os arreios, os calçados e máquina de beneficiar arroz. São construídas várias estradas, é instalado o primeiro telefone e chega a Planaltina o primeiro automóvel. Aparecem as firmas comerciais com ligação com outras cidades e o gado começa a

ser levado para fora. Surgem vários loteamentos ligados ao município. Toma impulso o setor educacional: são implantados o Colégio Evangélico Planaltinense, a Escola Paroquial São Sebastião, e mais tarde, a Escola Normal Regional "Dona Olívia Guimarães". Ao mesmo tempo em que, por outro lado, os primeiros filhos da Terra, após o curso primário, saem para estudar fora e voltam formados: Gabriel de Campos Guimarães — em Comércio e Direito —, Hosannah Campos Guimarães — que escreve aos senhores — em Medicina — em 1929, sendo o primeiro médico nascido em toda a região do Planalto Central (Planalto Brasileiro) e o terceiro do então denominado "Norte Goiano".

Dentro da cronologia de fatos importantes externos que interferiram na vida do município de Planaltina, encontra-se em 18 de janeiro de 1922, o projeto dos deputados Rodrigues Machado e Americano do Brasil, que é sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa, e transformado no Dec. 4.494 determinando o lançamento da Pedra Fundamental da futura capital do Brasil, no Planalto Central. A 7 de setembro de 1922, ao meio-dia, é assentada a Pedra Fundamental no Morro do Centenário, na Serra da Independência, a 9 Km da cidade de Planaltina.

Em 7 de outubro de 1927, pela Lei N^o 115, a prefeitura municipal criou a Seção de Propaganda do Planalto Central de Goiás, sendo prefeito Deodato do Amaral Louly, regulamentada em 23 de janeiro de 1928 e estruturada pela Lei N^o 120 de 7 de março de 1928, com o objetivo de "incentivar a mudança da Capital Federal".

No mesmo ano de 1928, o Governo Federal autoriza a extensão da linha telegráfica de Santa Luzia até Formosa, passando por Planaltina, tendo sua agência sido instalada a 12 de setembro.

História Política e Cultural

Do ponto de vista político foram chefes do poder executivo local neste período (1910/1930): Gabriel de Campos Salgado, Gabriel de Campos Guimarães, Alexandre Salgado e Deodato do Amaral Louly.

Em 1933, Planaltina consegue editar o seu primeiro jornal, denominado "Altamir", fundado por Alexandre Salgado, tendo como redator Teófilo de Oliveira Neto. Foram publicados 20 números, entre março e outubro daquela ano.

Nesta década de 30, sente-se o esvaziamento da campanha mudancista e há uma retração no comércio e na indústria. A cidade retoma a sua rotina até 1945, quando novos fatos reacendem a esperança da mudança da capital.

Foram neste período, nomeados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira os seguintes governantes de Planaltina: Balbino Carlos de Alarcão, Hosannah Campos Guimarães, Epaminondas da Silva Campos e

Francisco Mundim Guimarães.

Em 1945, chega a Planaltina uma comissão de estudos, designada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, e presidida pelo general Djalma Poly Coelho, para fazer estudo sobre a localização da futura capital federal.

Esta comissão retorna mais 2 vezes à região e em 1948 apresenta um relatório, mantendo a mesma localização sugerida pela comissão Cruls.

Em 3 de abril de 1948 é instalada a comarca de Planaltina.

A 30 de abril de 1950 assume o governo de Goiás o médico Hosannah Campos Guimarães, filho de Planaltina, que fora eleito vice-governador do Estado, e que é quem vos escreve.

Em 1954, o Governo brasileiro, decidido a cumprir a determinação constitucional de 1891, contrata a firma Donald J. Belcher And Associates (Ithaca, New York) para proceder ao levantamento e seleção do local para implantação da nova capital, do ponto de vista principalmente geo-morfológico, potencial hidráulico, microclima, e de aspectos específicos dos terrenos, etc...

Em abril de 1955, Planaltina recebe uma nova comissão, chefiada pelo marechal José Pessoa Cavalcante. É confirmada a sugestão da comissão Poly Coelho e, de forma definitiva, é estabelecido o Sítio Castanho para sede da futura capital do Brasil, estando aí incluída a sede e grande parte do município de Planaltina — que corresponde a 36% da área do Sítio Castanho.

Autorizado pela Lei municipal N^o 84, de 2 de janeiro de 1956, o então prefeito municipal, Veluziano Antonio da Silva, assina em favor da União a escritura de reversão de direitos sobre terras de propriedade do município existente na área demarcada.

No final de 1959, Planaltina recebe pela 1^a vez a visita de um presidente da república: Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Finalmente a 21 de abril de 1960, Planaltina assiste à inauguração de Brasília.

Coube ao Poder Judiciário de Planaltina, através do desembargador Lucio Batista Arantes, dar juridicidade aos atos da vida cível e decidir sobre conflitos surgidos neste período de transição.

Dirigiram Planaltina, no período de 1947 a 1960, escolhidos por eleição direta, os senhores: João Carlos de Alarcão, Francisco Mundim Guimarães (por 2 mandatos), Sizenando da Silva Campos, Veluziano Antonio da Silva e Osvaldo Vaz. Continuo depois.

* Hosannah Campos Guimarães, 87, é natural de Planaltina-DF, e foi seu primeiro médico historiador. Por diversas vezes foi Governador do Estado de Goiás, na condição de Vice-Governador. Pertence a Academia de Letras e Artes do Planalto, da qual é um dos fundadores. Endereço para correspondência: SQS 313 bloco "A" Apto 206 — Brasília, DF.

De Brasília para o Brasil

Mergulhado nas perplexidades do Brasil Central e Ocidental, mestre Cassiano Nunes propõe neste artigo uma revolução de novos bandeirantes culturais, frente aos caranguejos da intelectualidade que desde Frei Vicente do Salvador frequentam nossos litorais.

Cassiano Nunes

Otto Lara Rezende, há pouco tempo, na "Folha de S. Paulo", Paulo", assinalava, com muita razão, a alta importância de artistas e intelectuais brasileiros, que realizaram obras extraordinárias, do princípio da década de trinta ao fim da década de cinquenta. Ele chega a falar numa "Renascença Brasileira". Antes desse escritor mineiro, salientando a qualidade desse conjunto de escritores e criadores de beleza, já eu denominara essa época a Golden Age da nossa história cultural. Os separatistas que me perdoem mas a maturidade do modernismo foi posta em relevo por elementos das mais diversas regiões e, parece-me, com um forte sentido da unidade do Brasil. Portanto, vejamos: Augusto Meyer impôs-se com a sua poesia e prosa dos pagos gaúchos; Dalton Trevisan — o clássico da minha geração — insere Curitiba na geografia literária do Brasil; Mário de Andrade, que começou com "Paulicéia Desvairada", termina com "Lira Paulistana"; a obra de Marques Rebelo constitui uma rapsódia, plena de carioquismos; Drummond evoca Itabira e outras cidades mineiras; Jorge Amado legitima e internacionaliza a cultura afro-baiana; Amando Fontes, comovido, nos mostra retirantes de Sergipe; Gilberto Freyre e José Lins do Rego falam-nos do esplendor e da decadência da aristocracia canavieira; Josué Montello inicia, na ocasião, o seu painel do passado maranhense com os seus sobrados nostálgicos; O.G. Rêgo Carvalho desvela a alma do Piauí desenhando velhas casas de Oeiras; Dalcídio Jurandir filma literariamente a região amazônica... A literatura brasileira é uma confederação em que se manifestam e dialogam várias regiões.

Esses brasileiros não se limitaram ao conhecimento de suas províncias. Atravessaram fronteiras regionais. O nordestino Limeira Tejo instalou-se em Porto Alegre. O gaúcho de no-

me teuto Raul Bopp nos transmite o mistério amazônico, os mitos das florestas imensas, dos rios caudalosos, justamente no "Cobra Norato". Martins Fontes, poeta santista, era filho de sergipano e poetou no grande porto paulista, habitado por muitas famílias sergipanas. Mário de Andrade percorreu Minas, o Nordeste e a Amazônia, e concentrou, num verso de "Noturno de Belo Horizonte", o sentimento global do nosso relacionamento afetivo: "Nós somos, na Terra, o grande milagre do Amor!"

Brasília, projetada desde os primórdios da Pátria pelos melhores filhos dela — os de espírito mais penetrante e que, por conseguinte, pareciam videntes e profetas — surgiu justamente para dar consistência a um país geograficamente frouxo, descosturado, incompleto, fragmentado, e também para vencer a alienação colonialista. Foi construída para impor a interiorização e a dinamização do interior. Brasília teve, por missão, dar, ao Brasil, o seu remate, as suas feições definitivas, em suma, o seu acabamento. Ainda hoje o Brasil é uma nação inacabada como a célebre sinfonia de Schubert. Deixamos de fazer o que os americanos fizeram com pleno sucesso: assumir a posse total do seu território. E mais que isto: ir do leste ao oeste — atingir o Pacífico. Ao contrário, o Brasil, passada a febre do bandeirismo, acorrou-se junto das costas, esperando as notícias influenciadoras que vinham da Europa, hoje substituída pelos Estados Unidos. A Marcha para o Oeste, realização criteriosa de Getúlio e João Alberto, foi logo dissolvida. O Projeto Rondon — cancelado. Nos Estados Unidos, foi importante o "American Dream", "O sonho americano". No Brasil, nunca houve o Sonho Brasileiro, uma ânsia de trabalho cons-

trutor, uma aspiração ampla, nacional. Limitamo-nos a sonhos individuais, medíocres, mesquinhos, alimentados pelo jogo do bicho e pelas raspadinhas... Nossas migrações mar-

cham na direção contrária do progresso. Em vez do nosso caboclo se arraigar na sua terra, ou arrotear terras novas vem para as metrópoles mendigar ou, o que é pior, engrossar as hostes do banditismo.

Muito poeta, no sentido nobre é etimológico da palavra (o que cria, o que faz), Kubitschek, a quem atribuem sangue cigano, deu o sinal da caminhada certa, racional, lógica. Contra a maledicência dos épicos do imobilismo, dos defensores da estagnação, o sonhador de Diamantina determinou a impetuosa arrancada e deixou evidente que as utopias deixam de ser utopias quando o homem decide criar, construir, dinamizar.

Realizada Brasília, de maneira majestosa e vitoriosa, desde os seus primórdios foi fácil notar que teve que enfrentar a frieza dos impotentes e a inveja dos paralíticos. A impressionante capital ainda não conquistou o assentimento da mentalidade costeira, transoceânica, alienada, que predomina no Brasil. Esses adversários do progresso não querem perceber que o Brasil é um país de costas voltadas para o seu interior. Aceitam — e defendem o subdesenvolvimento, ou antes o antidesenvolvimento.

Contudo, a Canaã bíblica, a "terra de leite e mel", existe, e espera pacientemente que os brasileiros, entusiastas do "rock", da Disneylândia e de tudo o que as multinacionais nos impingem, se apercebam dela. Ainda, há poucos dias, presenciei, maravilhado, o progresso, a riqueza e o desenvolvimento cultural, numa região do Brasil, que tem muito a nos oferecer! Refiro-me a Mato Grosso do Sul, e, de maneira mais geral, ao Centro-Oeste. Com estes olhos que a terra há de comer, vi Dourados, cidade vital, bela, limpa, farta! Senti que esse triunfo do Centro-Oeste — ainda muito no seu começo, pois suas possibilidades, sua potencialidade, são enormes — tem muito a ver com a construção de Brasília.

O sentido de Brasília, que é o do pioneirismo e o da afirmação da identidade do Brasil, precisa de ter uma divulgação no país inteiro, para o próprio bem do nosso povo. A salvação do Brasil está na colonização, na abertura de novas regiões para a produção, no aumento das lavouras e da criação das riquezas, e não nas lutas e cambalachos políticos, que não geram coisa nenhuma. A mesma esterilidade encontramos nos planos dos economistas, que terminam todos em fracasso, pois não resultam no aumento de bens para o povo. Que esperar de uma grande nação como a nossa que importa até arroz e o feijão? Dourados ri-se desses políticos e economistas e nos oferece fartamente gado, arroz, milho e soja. Lá fica a famosa fazenda Itamarati, a maior plantação de soja do mundo!

A epopéia de Brasília não foi feita das armas, foi criação dos candangos nordestinos ou mineiros que Vladimir Carvalho evocou nos seus filmes fabulosos "Brasília — a última utopia" e "Conterrâneos Velhos de Guerra". O que apresento aqui em termos de prosa, nessas fitas se encontra com imagens da vida e a magia do cinema. Vladimir e outros colegas valorosos da UnB representam uma escola de cinema ímpar e quem o proclama? A revista "VEJA" relacionou os defeitos da universidade pública no Brasil mas maliciosamente esqueceu as conquistas desse ensino devotado.

Às vezes noto má vontade contra Brasília na própria Brasília, o cultivo de autoflagelação

e pobreza de alma. Prefiro admirar os entusiastas e pessoas simples de coração que são Mário Garófalo, que, solitário, oferece cultura pelo rádio, a solícita Odete Ernest Dias, valorosa musicista, o incrível Da Mata, a quem devemos o cinema de arte na cidade, Ivan da Silva, o divulgador dos nossos livros... E há outras pessoas, naturalmente, com a mesma boa vontade.

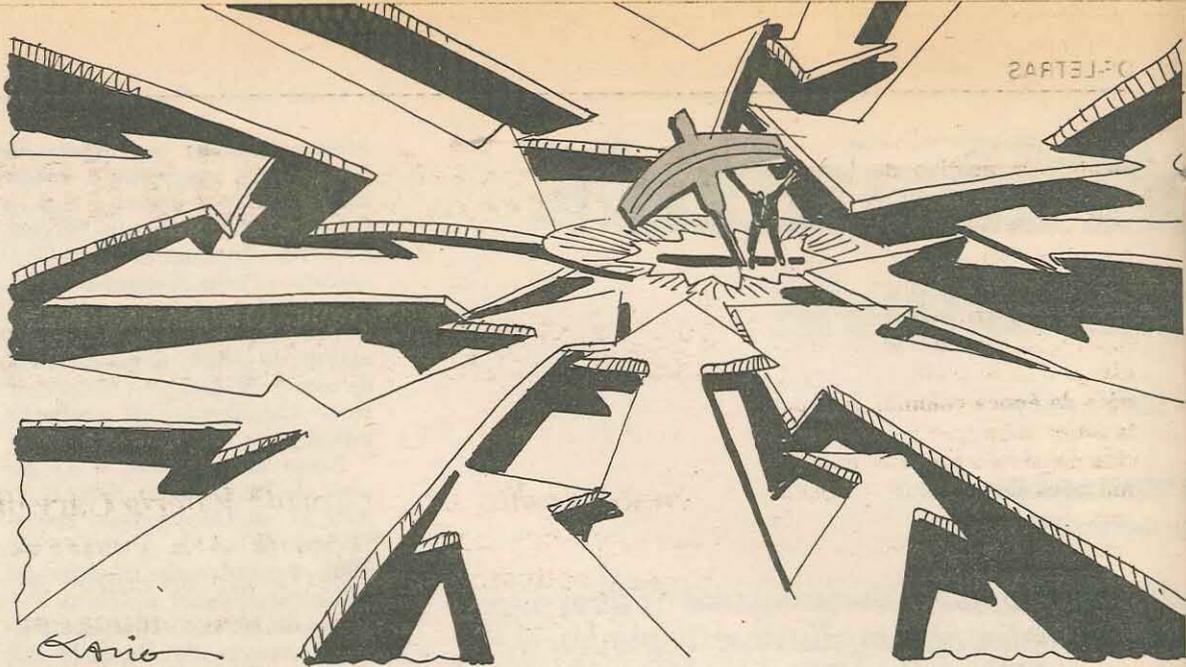
É visando a dissolução desses miasmas de pessimismo e desin-

tegração que proponho a criação de um programa denominado DE BRASÍLIA PARA O BRASIL que leve notícia, às outras regiões do Brasil, do caráter e da criatividade brasiliense. Esse plano, indiferente ao impacto do "rush" difundido maciçamente pelas multinacionais e resistente ao imperialismo cultural do eixo Rio-São Paulo, divulgaria nossos poetas, artistas plásticos, músicos, bailarinos, folcloristas... Por que não? Todas as regiões do Brasil têm bastante o que mostrar. Apenas não contam com a boa vontade daqueles que promovem a cultura no Brasil.

Lembro-me das noites inesquecíveis, no humilde teatro da Escola Parque, do Clube do Choro, na época dourada de Valdir Azevedo, Avena de Castro, Bide, e outros "chorões" de talento impressionante. Do mais jovem deles, talentosíssimo, fiquei fã para sempre: o Reco do Bandolim.

Em vez, portanto, de "complexo de inferioridade" e derrotismo, dê-se lugar ao entusiasmo. A própria etimologia da palavra constitui um convite para a ação criadora: Deus em nós. Com entusiasmo, pois, levemos o estandarte de Brasília a todas as partes do Brasil. Sobretudo, àquelas meio-abandonadas, que entendem, como nós, a linguagem do pioneirismo: Rondônia, Roraima, Amapá... Não se restringe Brasília apenas ao papel de capital, de centro político. Aspira a ser uma cidade-mensagem, uma cidade exemplo, uma cidade-licção. Lição do novo bandeirismo, do pioneirismo atual, moderno. Brasília, autêntica, repele a politicalha, o lobby, o marketing político, as futilidades e adulações de Corte. Diante das tentativas de caos e das exibições da futilidade, uma Brasília legítima, humana, verdadeira, deve insistir na sua determinação de criar a completude, a inteireza do Brasil. Um corpo completo, perfeito. E com alma, naturalmente.

* Cassiano Nunes é escritor, poeta, crítico literário e ensaísta, professor da Universidade de Brasília. Endereço para correspondência: HIGS 711, Bloco E, Casa 27 — 70.361050 Brasília-DF.



A Configuração do Espaço Internacional na Amazônia

Neste erudito artigo, a prof^a Valéria Carvalho, examinando os acordos peruano-brasileiros no Século XIX, consegue superar a questão acreana, (excessivamente publicitada no contexto de época), dando vazão à estratégia diplomática brasileira maior em relação aos nossos vizinhos amazônicos. Este texto faz parte de um livro a ser editado brevemente, e que deverá rever, com base em sólida documentação, o desconhecido terreno em que se moveu a diplomacia de Rio Branco.

Valéria Carvalho

Universidade de Brasília



ram a campo, em uma nova "Batalha da Borracha". (2)

A inserção do espaço amazônico na economia mundial, ainda mais na qualidade de fornecedor exclusivo da borracha, alterou profundamente e em poucos anos, suas sociedades. As cidades de Belém e Manaus, favorecidas pelo fluxo das águas que correm em direção ao Atlântico, constituíram-se em centros privilegiados para escoamento da borracha do vale amazônico. Nessas duas capitais realizavam-se a maior parte das transações econômico-financeiras e, até o ano de 1897, (quando tem início a navegação a vapor pelo Amazonas brasileiro entre Iquitos, no Peru, e os Estados Unidos e Europa) o transporte internacional regional. (3)

Em torno da necessidade de fixar a soberania sobre as águas, sobre os termos comerciais e (com os países vizinhos) os limites territoriais, é que o espaço amazônico emergiu como temática na pauta das relações internacionais do Brasil. A navegação do rio Amazonas, apesar de ter sido objeto de gestões da chancelaria inglesa em 1833, somente constituiu-se em séria preocupação para o governo brasileiro na década de 1850.

Neste momento os países hispano-amazônicos, a França, a Inglaterra e, principalmente os Estados Unidos, procuravam obter uma posição clara do Brasil. O governo brasileiro, para fazer face a estas pressões e defender isoladamente sua posição, introduziu como solução para os impasses a navegação a vapor, através de subsídios à "Companhia do Amazonas" — cujo maior acionista era o Barão de Mauá — e envidou esforços diplomáticos para definir formalmente a fronteira. Os tratados assinados com os governos peruano, venezuelano e boliviano, entre os anos de 1850-60, impossibilitou a formação de uma frente única dos países vizinhos na defesa de posições comuns, especialmente na definição dos limites territoriais. Estes países, por motivos e conjunturas diversas, apoiaram no entanto a política brasileira.

A abertura de alguns rios amazônicos à navegação internacional, (ocorrida em 1867, através de ato unilateral, após 17 anos de clausura), espelhava a política liberal levada a cabo pelo governo brasileiro. Esta configurou-se na idéia de uma abertura na navegação do Amazonas, dependente de convenções para os vizinhos e à vinculação deste acesso à uma favorável definição dos limites territoriais. De fato, os rios abertos à navegação estrangeira permitiam somente ao Peru, (no que se refere aos vizinhos), a ligação com o Atlântico pelo Amazonas brasileiro e, com este

Este artigo analisa um momento significativo da história social da Amazônia, caracterizado pela afirmação da soberania brasileira sobre um espaço superior àquele herdado do domínio português, seja pela superação da tradicional organização sócio-político e econômica da época colonial, seja pela maior migração interna ocorrida no século passado, quando milhares de nordestinos dirigiram-se para a área em busca do "ouro negro", realizando uma típica marcha para o oeste e para o norte, à revelia dos povos indígenas.

A nova direção da economia, com o crescimento da demanda e importância comercial da borracha, determinava a movimentação da fronteira interna, a introdução de avanços tecnológicos nos meios de transportes, a passagem de uma política de mão-de-obra prioritariamente pautada sobre a população indígena para o incentivo à imigração e, finalmente, a uma reorganização político-administrativa da região. A partir desse momento a Amazônia começou a integrar-se de maneira mais concreta na construção do Estado Nacional brasileiro. Assim o confirmam as medidas desde então deslanchadas pelos governos central e provincial, assim como, a crescente participação da economia regional para as finanças do país. No auge da economia gomífera, nos anos de 1900, a Amazônia contribuía com quase 20% da receita bruta do Brasil. (1)

Até 1850 a produção comercial da borracha esteve restrita a Belém e ilhas próximas. A partir daí novas áreas foram atingidas na própria Província do Pará, onde a extração do látex tomou o rumo dos rios Xingú e Tapajós. Maiores possibilidades ainda apresentariam os rios Madeira e Purus, situados na Província do Amazonas, onde seus governos e particulares atuaram para a introdução da navegação a vapor e no incentivo à migração nordestina. O aumento paulatino da população no interior, face à migração e expansão da economia da borracha, ensejou a criação de vilas e à uma nova organização administrativa. Já nos primeiros anos de autonomia da Província do Amazonas a estrutura municipal sofreria alterações e, na década de 1890, estava o governo amazonense administrando áreas de indefinição política internacional mas, ocupadas por brasileiros, de proveniência nordestina. Estes, que iniciaram sua marcha sobre a Amazônia por volta de 1870 repetiriam, quase um século depois, esta mesma trajetória. Durante a Segunda Guerra Mundial também os nordestinos fo-

país, desde 1858 havia tratados assegurando este direito. Não seria, entretanto, o decreto de abertura à navegação internacional o meio de penetração das companhias estrangeiras na navegação regional de cabotagem. Isto somente ocorreu com a desnacionalização da "Companhia do Amazonas", processo que teve início mais tarde, em 1872, e cuja solução final se daria em 1880, após longos debates no Congresso Brasileiro.

1. O Encontro das Fronteiras

O Peru foi entre os países hispano-amazônicos aquele que mais acompanhou o Brasil na elaboração de políticas de longo alcance para sua região amazônica, destacando-se por implementar medidas com o fim de estabelecer uma melhor administração da Província de Loreto, atento à dimensão que a via do Amazonas poderia representar para a unidade do país. Assim, suas relações com o Brasil sobressairiam-se de entre os demais vizinhos, pela intensidade de contradições que apresentaram, marcando momentos de franca cooperação e outros de tensão, gerados por interesses concretos advindos do aumento de intercâmbios comerciais e diplomáticos.

O isolamento da zona oriental peruana constituía o principal obstáculo para o estabelecimento de relações regulares com a costa do país. As vias de comunicações interrompiam-se ante os Andes e para se chegar a Moyobamba, antiga capital da Província Litoral de Loreto (e em cuja jurisdição encontrava-se quase toda a Amazônia peruana), as dificuldades iniciavam-se na localidade de Balsapuerto, situada naquela cordilheira. Daí por diante, segundo o viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que esteve na região em 1859, começavam os maiores tropeços. Não havia muare e estes de nada adiantariam em alguns trechos da montanha. A utilização dos indígenas como carregadores era a única forma de se transportar as mercadorias. Conforme o viajante, um negociante precisava às vezes de 300 a 400 índios para esses transportes.

Por essa época as principais povoações da Amazônia peruana eram Nauta, Cabalo-Cocha, Pebas e Iquitos, edificadas à margem do Marañon-Solimões. Iquitos, no decorrer do período, tornar-se-ia o entreposto daquela área. Fundada na década de 1840, durante o governo de Ramon Castilla, incluiu-se entre os esforços deslançados nesta gestão para assegurar as fronteiras do país.

Em 1851, através de uma convenção de comércio, navegação e limites, os governos brasileiro e peruano inaugura-

vam suas políticas internacionais para a Amazônia, pondo fim às divergências iniciais que marcaram a definição de soberanias. O governo peruano, recuando de sua postura a respeito da navegação dos rios comuns — que situava-se na livre abertura dos mesmos, posição também defendida pelos Estados Unidos —, comprometeu sua liderança entre os demais países. Em 1853, este governo passou a subsidiar, juntamente com o brasileiro, a linha de vapores de Manaus a Iquitos, inaugurada naquele ano pela "Companhia do Amazonas".

As modificações advindas com a introdução do vapor foram logo percebidas. Avé-Lallemant registrou que em Tabatinga, (fortaleza erigida pelos portugueses na fronteira dos impérios em fins do século XVI-II), podia-se encontrar brasileiros, indígenas, peruanos, franceses, húngaros, norte-americanos, entre outros. Esta movi-

aquele país. Das negociações resultaram os termos diplomáticos em que as embarcações peruanas poderiam transitar pelo Amazonas brasileiro e, daí, alcançar o Atlântico.

Foi também em direção a esta fronteira, concentrando-se na área indefinida dos tratados internacionais, onde se encontrariam as divisas entre o Brasil, Peru e Bolívia, que se dirigiram as levas de nordestinos; que anos após anos desembarcaram na Amazônia. No entanto, os conflitos internacionais que se apresentaram em torno da posse territorial daquela área não estavam explicitando somente os interesses nacionais regionais. A oferta da borracha do vale amazônico foi quase única até 1905, quando inicia-se sua rápida substituição pela borracha plantada pelos ingleses na Malásia. O monopólio da Amazônia na oferta deste produto introduziu outros componentes na disputa.

O comércio de trânsito internacional através do Brasil encontrava-se, entretanto, sem regulamentos e apesar disto continuava sendo realizado nos antigos preceitos convencionados. Com a Bolívia, o Barão de Cotegipe, em 1887, acordou uma convenção de comércio e navegação que não chegou a ser ratificada. Quanto ao Peru, a posição do governo brasileiro era de aguardar sua proposta mas, de antemão, negava-se a estabelecer um "modus vivendi". Em 1891 estes governos chegaram a um acordo mas, embora o tratado tenha sido ratificado, não consta que as cláusulas referentes aos termos comerciais tenham sido implementadas. Cresciam as reclamações de cidadãos destes países quanto ao contrabando, à ineficácia dos serviços fiscais e ao avanço da fronteira.

Os primeiros enfrentamentos armados entre brasileiros e peruanos, com repercussões nos

O Peru foi entre os países hispano-amazônicos aqueles que mais acompanhou o Brasil na elaboração de políticas de longo alcance para sua região amazônica, atento à dimensão que a via do Amazonas poderia representar para a unidade do País. Assim, suas relações com o Brasil sobressairiam-se de entre os demais vizinhos, pela intensidade de contradições que apresentaram, marcando momentos de franca cooperação e outros de tensão, gerados por interesses concretos advindos do aumento de intercâmbios comerciais e diplomáticos.

mentação surpreendeu o estudioso, que expressou-se nesta indagação: "O que poderia ter reunido toda essa gente naquela longínqua fronteira?". Segundo Avé-Lallemant, nos últimos dias antes da chegada do vapor aportava um igarité após outro, descendo o Solimões, trazendo chapéus de palha e salsaparrilha do Peru. A margem morte do forte passava, então, a apresentar intensa atividade. À noite, conforme o viajante, os "índios peruanos" armavam suas tendas na margem do rio, enquanto os comerciantes faziam suas camas numa "casa aberta da nação", ao modo dos "caravançarás orientais".

Em pouco mais de dez anos, desde a inauguração da linha de vapores, a coleta da borracha chegaria à fronteira, ligando as diversas áreas produtoras. A década de 1860 seria marcada por divergências nas relações entre o Brasil e o Peru. Neste momento o governo peruano, para definir sua soberania no circuito fluvial, rompeu o contrato que mantinha com a "Companhia do Amazonas" e criou sua "Flotilha del Amazonas". O governo brasileiro chegou a preparar uma mobilização militar para pressionar

2. O Estudo Satamini

As relações comerciais entre os países hispano-amazônicos e o Brasil acompanharam o ritmo da demanda externa da borracha e, em menor grau, de outros produtos de extração vegetal e animal como a salsaparrilha, a piaçaba, as peles de animais e a manteiga de tartaruga. O estabelecimento de navios a vapor, integrando o Brasil aos demais Estados amazônicos, incrementaria estas relações e incorporaria, pouco a pouco, os núcleos de povoação destes países à economia gomífera. A consolidação do sistema de transportes e o aumento do fluxo migratório, foram os elementos básicos para garantir a integração do território brasileiro e sua ligação com a fronteira.

Na década de 1880, a importância do comércio da borracha e a ampliação do movimento migratório para a área fronteira especialmente na zona raiana entre o Brasil, Peru e Bolívia — evidenciou preocupações quanto ao contorno da fronteira internacional, definidos pelas convenções de limites nos anos de 1850-60, à oferta do látex e aos meios de controle fiscal sobre a exportação e importação de mercadorias.

jornais do sul do Brasil, ocorreram em 1896. anteriormente, em 1894, a chancelaria brasileira havia notificado que a população do rio Jaquirana, em parte composta por peruanos, pretendia "subtrair-se à jurisdição brasileira". A esta manifestação no Jaquirana, afluente do rio Javari, seguiram-se outras, em 1896, no Juruá-Mirim e Moa. Nestes afluentes do Juruá, entretanto, ocorreu um enfrentamento armado. Segundo o correspondente do "jornal do Comércio", da época:

"Mais de dois mil peruanos têm feito esse serviço prestigiados por uma força militar da República amiga, composta de 50 praças comandadas por um oficial e postada no Juruá-Mirim, em território brasileiro, como se a letra escrita dos tratados e o princípio observado do direito internacional fossem mortas, ou que o Peru não pudesse se entender com o Brasil por meio de notas diplomáticas".

Este artigo ponderava o desconhecimento do governo brasileiro ante o volume do contrabando que se dirigia para o Peru. A região do rio Juruá, conforme o jornal, tinha uma produção de três milhões de

quilogramas de borracha e sua receita proporcionava ao Estado do Amazonas uma renda superior a quatro mil contos. A fiscalização daquele rio, observava o correspondente, deveria ser mais rigorosa, pois o mesmo encontrava-se fechado ao comércio internacional.

O governo brasileiro, neste momento, ampliou a representação diplomática no Departamento de Loreto. Foram estabelecidos um vice-consulado em Jurimaguas e outro em Cabalo-Cocha. Outra medida foi o envio de uma comissão de técnicos do governo à fronteira com o fim de elaborar estudos que direcionassem uma posição oficial. Esteve a frente desta comissão o inspetor Alexandre A. R. Satamini. Em relatório ao governo, Satamini afirmava ser esta uma questão "das mais importantes" e que as providências indispensáveis à fiscalização do trânsito internacional deveriam ser "sábias e discretas", pois além de afetarem "relações internacionais do mais alto interesse", de sua escolha dependiam não só a melhor arrecadação das rendas públicas como, principalmente, a "manutenção de um comércio considerável, que, com vantagem imediata para a exploração e povoamento de zonas até há pouco desconhecidas, se tem desenvolvido em escala prodigiosa nas fronteiras do Madeira e sobretudo do Javari".

Para o "progresso inesperado e contínuo" das regiões do Madeira e Javari, dois fatores, segundo Satamini, poderiam ser arrolados. O primeiro, de ordem econômica, era o atraso do interior dos Estados do Par. Amazonas relativamente às suas capitais, nas quais se concentrava toda vida e atividade, "ficando despovoadas, em abandono, senão em pronunciada decadência, todas as cidades, vilas e povoações do centro". O segundo, de ordem administrativa, se devia ao "lamentável abandono em que os Governos passados sempre deixaram as repartições fiscais das fronteiras, de existência simplesmente nominal." Em decorrência, conforme o inspetor, "Aproveitando este prolongado abandono, o movimento comercial deslocou-se gradualmente indo pairar nas fronteiras, onde, favorecido pelos direitos moderadíssimos com que o acolheram as repúblicas vizinhas, medrou vigorosamente a embrado (sic) contrabando quase natural e tolerado que aí o alimenta."

A consequência mais notável deste deslocamento da fronteira era, segundo Satamini, o aumento da população do Departamento de Loreto, no Peru, e o rápido crescimento de Iquitos, que de "simples povoado há poucos" tornara-se um "entre-

posto florescente de atívisimo movimento comercial, um posto muito frequentado por grande número de embarcações a vapor, e com uma linha de navegação direta para a Europa. O valor do comércio de trânsito de mercadorias demonstrava, conforme Satamini, o aumento desse intercâmbio.

Satamini relatou que as grandes explorações efetivadas pelos caucheiros peruanos nos rios Juruá, Jataí e Purus, possibilitou, especialmente com a abertura do varadouro de Fitzcarrald, comunicações "muito mais cômodas para o comércio que até agora se dirigia pelo Madeira (no Brasil) até a região da Bolívia". Assim, conforme Satamini, os comerciantes e caucheiros, "evitando os riscos das cachoeiras que se estendem de Santo Antônio até Vila Bela (no Brasil), e as dificuldades ultimamente engrandecidas de falta de pessoal para a condução das cargas que aí perdura, a ponto de haver com mais de seis meses de demora grande quantidade de gêneros em Santo Antônio, aguardando transporte para a fronteira da Bolívia, as cargas vindas diretamente de Iquitos irão (...) ao Madre de Dios e por este chegarão a toda a extensa e rica região por ele banhada".

Satamini indicava como meios para diminuir o contrabando a substituição da Mesa de Rendas de Tabatinga por uma alfândega dotada com pessoal para o serviço de fiscalização e arrecadação, garantindo-se aos seus empregados vencimentos correspondentes à importância da missão que desempenhariam, e uma guarnição de pelo menos 15 guardas, de maneira que alguns fossem destacados para os postos fiscais situados na boca do Javari e Iteguahy. Assim, e com a aquisição de uma lancha a vapor de rápida velocidade, podia-se realizar apreensões em flagrante, tornando reais as multas que os regulamentos prescreviam.

Comentava, ainda, a necessidade de elevar-se a povoação brasileira de Remate dos Males, fundada por volta de 1890, à categoria de vila, dotando-lhe das respectivas autoridades civis e judiciárias. Esta povoação já possuía cerca de cinquenta casas, sendo dez de cobertura de telha. No seu comércio encontravam-se estabelecimentos filiais das casas de Iquitos, Manaus e Pará. Segundo Satamini, o comércio de Remate dos Males era "importantíssimo devido sobretudo a posição topográfica". Desta povoação, os seringueiros e caucheiros seguiam, através do Iteguai, até as cabeceiras do Juruá, levando mercadorias nacionais e estrangeiras.

As comunicações entre os po-



voados brasileiros, como Remate dos Males, no rio Iteguai, e os peruanos, como Soledade, Islândia, Nazareth e Mossamedes, situados na margem peruana do Javari, realizavam-se "a toda hora do dia e da noite, tanto em canoas, como em numerosas lanchas a vapor". Ponderava Satamini, era fácil "calcular o franco ensejo e inteira liberdade que há para explorar o comércio de contrabando em um rio que não tem cem metros de largo". Em Nazareth encontrava-se instalada "uma grande casa e estabelecimento comercial", que dispunha de grande capital, recebendo em trânsito pelo Brasil, mercadorias nacionais e estrangeiras que eram consumidas em território brasileiro, mas que não haviam pago direitos aos Estados do Amazonas e Pará.

Esta circunstância, segundo Satamini, relacionava-se aos diminutos direitos cobrados no departamento de Loreto, que gozava de imposto diferencial em relação aos outros portos do país. Neste caso, segundo o inspetor, afigurava-se necessário que o governo brasileiro se entendesse com o peruano no sentido de que as suas tarifas fossem iguais às brasileiras ou, pelo menos, que aquela fosse a mesma das outras alfândegas

peruanas. No entanto, segundo ele, a instalação da alfândega mista de Tabatinga, prevista na convenção brasileiro-peruana de 1891, poderia substituir estas medidas.

As indicações assinaladas no relatório de Satamini não foram fruto de políticas por parte do governo brasileiro. Sua descrição, no entanto, enfatiza a movimentação da fronteira e os interesses nacionais estabelecidos.

3. Confronto e Soberania na Fronteira Norte

A fixação dos espaços nacionais na Amazônia se daria de forma conflitiva, extrapolando as negociações diplomáticas, no final do século passado e início deste. A disputa pela região banhada pelos afluentes dos rios Juruá e Purus, entre os quais o rio Acre, onde entrecruzavam-se interesses peruanos, brasileiros e bolivianos e, (no que concerne às nações compradoras da borracha, os Estados Unidos e Inglaterra), foi decidida sob pressões. O governo boliviano, numa tentativa de defender a letra de tratados internacionais, firmou o arrendamento da área banhada pelo rio Acre a um consórcio anglo-americano, conhecido por Bolivian Syndicate.

O governo brasileiro, neste momento, agiu militarmente,

desvinculou as negociações, tratando separadamente com os governos boliviano, peruano e, (no que concerne ao Bolivian Syndicate), pagou 110 mil libras por um contrato cuja validade esgotou-se um mês após a indenização ser liquidada pelo Brasil.

A opção política levada a cabo pelo governo brasileiro na resolução do conflito acreano foi debatida por alguns setores da sociedade nacional, especialmente durante a votação no Congresso Nacional. Aí uma pequena minoria manifestou-se e, inclusive, pedindo sua anulação. Não é possível afirmar que tratava-se de uma oposição ao governo. Entre aqueles que manifestaram-se contrariamente encontram-se membros da bancada governista. A incorporação de áreas reconhecidas internacionalmente não brasileiras em tratados internacionais revelava, segundo alguns congressistas, a encarnação de uma política expansionista, à semelhança daquela levada a cabo pelos Estados Unidos. Nesta argumentação apoiavam-se na constituição de 1891, que em princípio rechaçava a idéia de anexação de territórios. Outros argumentos, entre eles os próprios termos do Tratado de Petrópolis, foram assinalados. Lembravam as res-

ponsabilidades decorrentes de se assumir o ônus de uma disputa territorial com o governo peruano e a inexistência de mecanismos que impedissem o governo boliviano de arrendar outras áreas a consórcios estrangeiros. A bancada mato-grossense, especificamente, foi a única a votar em peso pela sua rejeição pois, conforme o deputado Lindolfo Sena, prejudicava os interesses do Estado pela cessão de alguns territórios, e a estrada-de-ferro Madeira-Mamoré não serviria para a sua defesa. Em sua maioria, estes deputados lembravam, por fim, a pouca importância que a fixação de soberanias traria para a população embrenhada na selva: permaneciam presos à cadeia do aviamento, um sistema de endividamento que privava o produtor da liberdade de auferir qualquer vantagem de seu trabalho.

Outras possibilidades, como o arbitramento da área em litígio ou ainda a formação de comissões tripartites, foram postas de lado pelo governo brasileiro. A solução da pendência territorial entre o Brasil e a Bolívia, em 1903, (confirmado pelo tratado brasileiro-peruano em 1909), permitiu a real configuração da fronteira noroeste. A assinatura do tratado entre a Colômbia e o Brasil em 1907, país que em nenhum momento aceitou as propostas do Brasil, consolidou a política que o Brasil, desde a década de 1850, elaborou em relação à fronteira norte. Pelo que foi descrito neste trabalho, entendemos que a Amazônia, a partir de meados do século XIX, jogou papel importante na definição da política externa brasileira para a América do Sul, reforçando uma direção hegemônica já iniciada nas relações do país na região platina, desde os tempos coloniais.

Notas

(1). Este artigo é resultado de pesquisas realizadas para a elaboração da dissertação intitulada "O Brasil e a Amazônia Internacional no Século XIX" apresentada em outubro de 1990 à Universidade de Brasília, para a obtenção do título de mestre em História. Cf., também, Roberto Santos, História Econômica da Amazônia (1800-1920). S. P., T. A. Queiroz, 1980, p. 292-295; Carlos Araújo Moreira Neto, in "Índios da Amazônia": de Maioria a Minoría (1750-1850). Petrópolis, Vozes, 1988, p. 28-140.

Valéria Carvalho é Mestra em História e professora do Departamento de História da Universidade de Brasília, para onde pode-se endereçar a correspondência para a autora.

Sua excelência o Capitão-General

Os governadores das Capitanias brasileiras eram, com raras exceções, portugueses natos, afeitos à vida na Corte. A vinda para os sertões acarretava-lhes distúrbios de adaptação que vão relatados neste artigo.

Paulo Bertran

Academia de Letras do Planalto
Câmara Legislativa do DF.

José de Almeida de Vasconcelos de Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, Comendador de Santa Maria de Alcofra na ordem de Cristo, Senhor da Vila de Lapa, décimo terceiro donatário de Mossâmedes, nono donatário do Couto do Vieiro, do reguengo da Lagoa e de Albergaria de S. Pedro de Crê. Futuro Barão de Mossâmedes e Visconde de Lapa. Foi o penúltimo grand-seigneur a pisar o Brasil Central colonial. Tinha belas propriedades em Vizeu e no Algarve. E também um bolso pródigo.

Não dispensava elogios, de onde quer que viessem. Seu secretário e particular admirador foi o bom geômetra Tomas de Souza, a quem enjoa ler os inúmeros e repetidos rapapés a S. Exa, como no relato do dia em que o Governador recebeu em Vila Boa de Goiás uns índios acróas que queriam aldeiar-se:

"Sua Exa. se vestiu nesse dia de riquíssima farda e tinha sua Corte disposta na forma do que se pratica em dia de beija-mão. Pouco adiante do Docel que cobre o retrato do nosso fidelíssimo Monarca, estava S. Exa em pé e na mesma sala a Nobreza fazendo duas alas. Por entre elas entravam os índios, sendo o primeiro o cacique... o qual chegando a S. Exa ajoelhou e lhe beijou a mão"...

Era um cacique aculturado há mais de vinte anos, desde o tempo em que o Conde dos Arcos instalara a Aldeia do Duro dos índios Acroás, próximo a Natividade. E desde então os índios periodicamente se sublevavam para tentar obter benesses do Estado Colonial.

A forma com que José de Almeida fazia-se tratado, os muitos documentos em que declara seus títulos indica uma presunção de aristocracia recente, a conversão de um rico-homem, alto burguês fidalgo, em nobreza aos modos de meritocracia pombalina. A varonia de Mossâmedes não chegava ao século XIV, enquanto um Conde dos Arcos por exemplo, da

Casa dos Arcos de Valdevez podia remontar seu título de Brito aos albores do ano 1000 — e pouco enumerava títulos — era a nobreza de sangue do reino e não precisava demonstrar-se.

José de Almeida, os Cunha Menezes, os Albuquerque de Mato Grosso — a geração que Pombal recrutou entre ricos fidalgos — burgueses, precisava afirmar-se como aristocracia nova esclarecida pelo Colégio dos Nobres, pela Academia de Ciência, pela renovada Universidade de Coimbra, instituições que Pombal criara e entregara à orientação de intelectuais italianos, escolhidos talvez pela competência técnica e nem tanto pelos ardores ideológicos da Itália Vaticana.

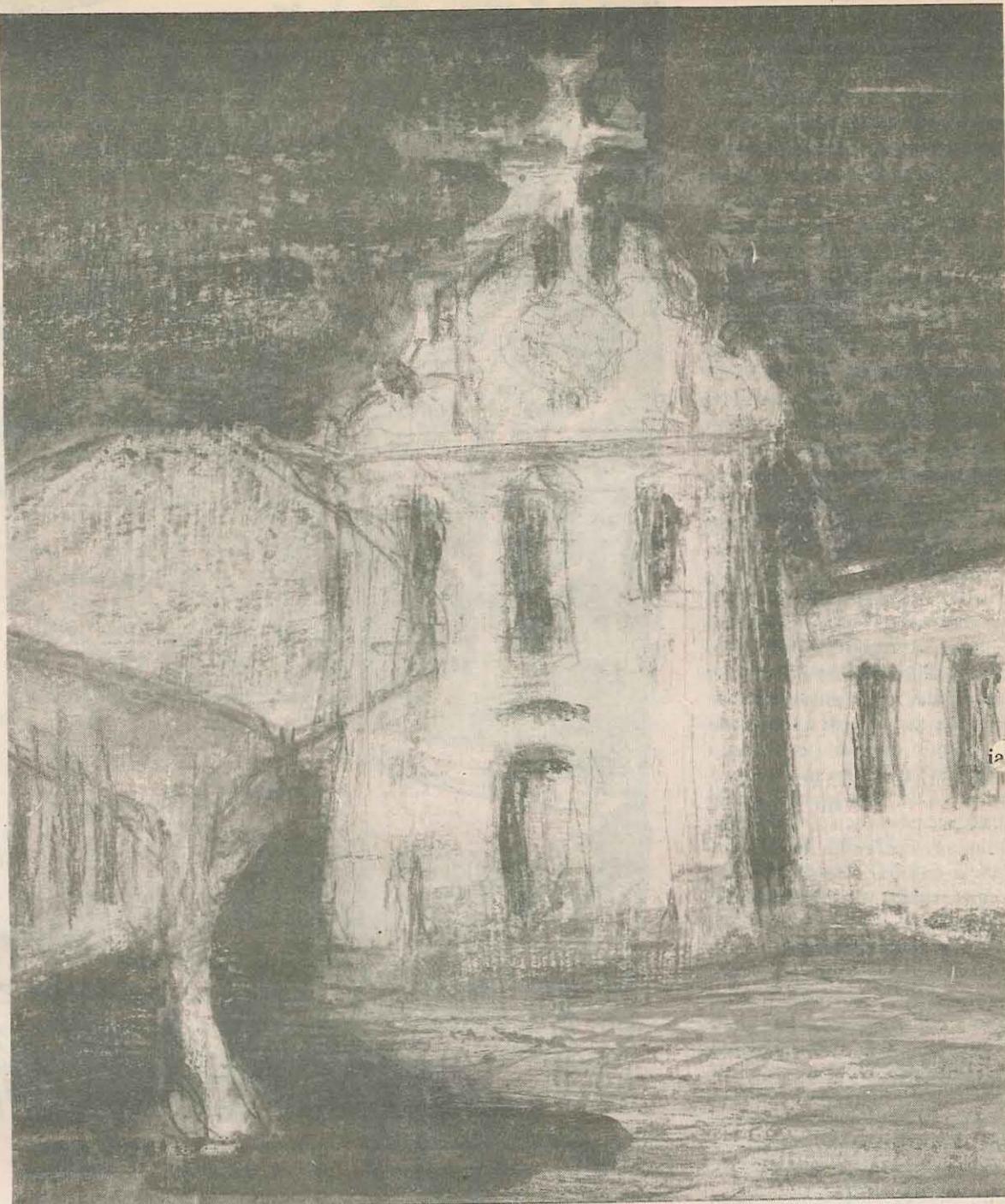
Coronel de Cavalaria como sói a um fidalgo, anos depois do governo de Goiás, José de Almeida foi governar Angola de África. Revelou-se, como em Goiás, preocupado geógrafo.

E pespegou em Angra do Negro, litoral sul de Angola, por ele cientificamente estudada, o nome Mossâmedes a uma curriola de pescadores. Pegou. Hoje existem Mossâmedes na África, nossa Mossâmedes em Goiás e a original em Portugal, pasmas por se espelharem nas veleidades que lhes fizeram José de Almeida, espírito exitoso do século.

Como vivia um Governador desses?

Há uma curiosa planta de palácio no Arquivo Ultramarino de Lisboa que responde parcialmente à questão. Não é o atual palácio do Conde dos Arcos em Vila Boa, mas uma casa mais antiga, não longe dali, que serviu de residência ao Conde D'Alva já pelos idos de 1740.

Esse "palácio", do qual pouco subsiste e que só nos interessa por ter mencionadas as funções dos seus aposentos, tinha uma grande área de quintal servido por farta aguada, cercado por altos muros. Dentro a cavaliça, o quintal para criar animais de comer, um bananal e um jardim regado, para os passeios de entretenimento do governador. Uma quinta, uma chácara.



Pegado ao jardim ficavam as dependências privadas do tentado: a alcova de dormir, a sala de vestir, a sala de escrever, o gabinete de guardar os papéis de governo, o quarto da "guarda roupa interior do general", a sala de visitas particulares.

Não havia sala de jantar, mas sim uma "sala das copas", emendada à cozinha e à despensa de víveres e lenha, e à uma grande "varanda de recreação", que talvez se prestasse a banquetes. Os corpos da casa eram ligados por varandas, peças arquitetônicas que os portugueses aprenderam na conquista da Índia e que se adaptaram perfeitamente às outras latitudes.

De frente para a rua ficavam as dependências públicas do palácio: sala das audiências, dos oficiais, escritórios, sala de visitas, corpo da guarda, quarto de dormir para funcionários e empregados, gabinetes, secretaria, a casa do viador, quarto dos viajantes, quarto de hóspedes, tudo cercado de mais pátios e varandas. Viador seria o "mordomo" atual.

Ao todo dava umas 30 peças cobertas, fora as divisões dos

quintais.

Pela maior parte os forros da casa eram de "niage", aniagem, pintados de branco — tecidos hoje usados para enfardamento. Mas havia também forros de tabuado. E as portas e janelas eram pintadas a óleo de "berde e incarnado", cores de bandeira portuguesa!...

O mobiliário era constituído de "mesas cobertas de tapetes". Havia cortinas, vários bancos de encosto, (verdes!) dezesseis cadeiras e seis "monchos" cobertos de lã e seda, que supunham serem uma espécie de tamboretas mais sofisticadas.

Não esperemos porém grandezas arquitetônicas. O atual palácio de Vila Boa é apenas um casarão atarracado, destituído de veleidades estéticas, sem marcas de luxo. Isso não impedia um ou outro dia de maior brilho cortesão e o servir-se à mesa com baixela de prata.

O Breviário de Oeynhaus — Graevenbourg

O Governador que aí viesse aboletar-se era em princípio a excrescência metropolitana metido na grosseria inerme da vida sertaneja. Trazia algumas novas idéias e modas para sua governação, (inclusive os costumes e

tiques da corte), tentava aplicá-las durante seu quadriênio ou quinquênio, até contornar com a impassibilidade das novas colônias. Sobretudo na decadência das minas, que a crer-se nos cronistas de diversas épocas, cometeram o prodígio, para fins fiscais, de serem eternamente decadentes. A mentira oficial.

O curioso João Carlos Augusto D'Oeynhaus de Graevenbourg, (filho da ilustradíssima escritora Marquesa de Alorna com o militar mercenário alemão Graevenbourg, general a soldo do Exército português) capitão general de Mato Grosso em 1807, futuro Marquês de Aracatí, com longa folha de serviços prestados também nos governos do Ceará, São Paulo, e de Moçambique, onde morreu em 1838, ilustrou à perfeição o desenrolar-se das disposições mentais de um governador colonial. À chegada, (dizia D'Oeynhaus), o novel governador vinha possuindo da "Febre com delírio" das grandes realizações. Assim, por exemplo, com José de Almeida ao viajar por quatro meses pela Capitania e a custear do seu bolso uma temerária expedição

que, do remoto Pontal, desceu o Tocantins para Belém, a qual contrariou ordens reais e lhe custou um carão do governador do Grão-Pará.

Depois, vinha a "Febre sem delírio", em que o ritmo das coisas conformava-se aos limites do sertão aplastrado pelas dificuldades. É quando, (lembra Bernardo Élis), um Luís da Cunha Menezes gasta seu tempo planejando uma utópica reforma urbana para Vila Boa de Goiás. Ou quando um João Manoel de Mello atola seu governo nos lúgubres três anos que durou a devassa do desembargador Brandão em Goiás.

Por fim, a Prostação Geral, (ritmo sem tempo das capitânicas do interior, no dizer de Palacin): Os desenganos, a indiferença total com que eram recebidos seus planos de reforma e que acabavam por vencê-lo. Lembra-me, o vereador José Correia Seixas, considerando o que escrever sobre os Anais da Câmara em 1785: nada aconteceu, esperava-se notícias do aldeamento dos xavantes, que todavia não chegavam... Ou a melancolia de José de Almeida em 1775:

... "Conversando ontem com meus botões que são agora os que me fazem Corte, por estar esta Vila uma tapera" (Palacin, op. cit.).

Extirpados de um meio mais civilizado, muitos governadores não souberam adaptar-se às iniciais condições adversas da colônia. E sucumbiram. É o caso do Conde de Sarzedas, que inopinadamente viajando para Goiás, (no auge da estação das chuvas), morreu de febres pouco depois de chegar às minas. O caso de um João Manoel de Mello que não resistindo às terríveis pressões políticas e sociais desencadeadas por seu governo, propunha ao Marquês de Pombal antes ir como soldado raso para a guerra da Colônia de Sacramento do que permanecer inerte em Goiás. Morreu de ataque apoplético ao saber do passamento, em Lisboa, de um dos perseguidos do seu tempo, registra a tradição.

Outro que adoeceu por força das cizânias locais foi o destemperado D. João Manoel de Menezes, a quem a Câmara quis prender e destituir do governo. "Acho-me bastante enfermo, dizia ele, afetando esse fato (a prisão), demasiadamente o meu sistema nervoso".

E mais adianta... "A minha saúde não precisava deste forte estímulo para desaparecer, e a minha existência dificilmente se conserva desde essa fatal época das minhas desgraças" (Alencastre op. cit.).

Eis que o Werther goiano de 1803 já é um romântico que não interessa, aplastado no sentimentalismo. Sofreu como o dia-

bo, o bom do João Manoel. Mais tarde, outro governador deprimido, Fernando Delgado Freire de Castilho, suicidou-se ao receber da amante plebéia o ultimato de casar-se ou perdê-la. Entre o super-ego e a libido, preferiu eliminar o ego. Saint-Hilaire conta essa história.

Os integrados e os camaleônicos

Nas antípodas desse fardo da colonização branca nos trópicos, há os fatos mais brilhantes da adaptação dos almofadinhas lisboetas à mesologia do sertão e à sócio-política adversa das colônias. Adaptação por partes, prudente, gradativa.

D. José de Almeida e muito mais tarde o brigadeiro Cunha Matos, estão entre os maiores andarilhos do interior do Brasil. Aprenderam a só viajar à noite, poupando-se do sol tropical abrasador. Sobreviveram bem, conquanto às escuras.

Já o primeiro governador de Mato Grosso, o estadista notável D. Antônio Rolim de Moura, soube como ninguém ir acostumando-se sem subterfúgios ao clima inóspito de Vila Bela da Santíssima Trindade: "As doenças não me fazem admiração, havendo feito uma jornada tão trabalhosa, como do Cuiabá até aqui, bebendo águas de charco e de cacimbas... fazendo sempre as marchas pelo rigor do sol, que neste clima é pernicioso"...

A precariedade de instalações nos primeiros tempos incomodavam... "o descômodo como aqui temos vivido, servindo-nos de ranchos de palha, que nem bem resguardam a chuva nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens"... e o assoalho de terra úmida. Escrevia com bom humor: "Eu como general do Mato, já não estranho viver à Sertanista".

Iludia-se porém... "ficava não só livre de moléstias, mas tão gordo que mal podia se por a cavalo". E arrematava: E, desde fevereiro de 53 não sei que cousa é estar doente e me parece ter acertado o modo de viver neste clima!!!... Auto ilusão cruel.

Na verdade, em 1757 teve duas sezões de maleita, mesma doença que em 1796 rendeu a alma a outro Governador de Mato Grosso, um insuportável João de Albuquerque. Rolim de Moura porém tratou-se com quina, a que louvou em cartas.

Entrementes construiu um palácio em Vila Bela, por ele fundada. Cercou-se de alguma Corte e conforto, parece ter encenado óperas, pode ter tido um serralho de brancas, índias e mulatas, e confortado, escrevia... "eu tenho passado melhor do que se podia esperar desta terra, ainda que até os climas se domesticam com as comunicações — o que creio haver sucedido a este, que posto que doen-

tio — é já muito diferente do que os seus antigos habitantes referem foi ao princípio". Carlos Moura, seu biógrafo, arremata judiciosamente: "Ele acreditava que o povoamento melhorava o clima". Em outros termos, algum conforto e civilização a ninguém mal fazia, sobretudo às margens do Guaporé...

E aí se não se cuidasse. Depois de 13 anos, deixando o governo para um sobrinho, o mesmo sobrinho escreve à corte: meu tio... vai surdo, com obstruções, vertigens e papadas e sobre todos estes achaques, sumamente pobre e empenhado de dívidas"...

Foi muito compensado porém: saiu do bom trabalho de Mato Grosso feito Conde de Azambuja, Marechal de Campo e governador da Bahia. (Carlos Moura, op. cit.).

Um caso limite de adaptação foi o de Tristão da Cunha Menezes, que sucedeu ao seu irmão Fanfarrão Minésio, no governo de Goiás em 1783. Ficou duas décadas na capitania, mesmo depois de terminado seu governo de 16 anos. Teve diversas mulheres e filhos e possuía uma fazenda, aonde ilegalmente soldados pedestres faziam serviços, como denunciava Antônio Telles.

Parece que foi querido por uma parte do povo. Não é raro encontrar Tristãos entre os filhos de boas famílias da época.

Outros também foram lembrados com certo carinho: D. José de Almeida, que apesar do aristocratismo, empenhava-se em reconciliar inimizadas na capitania e convidava para sessões palacianas. Outro mais

moderno, D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de S. João da Palma, que deixou geração em Goiás e manteve-se ligado aos pagos, personagem do formidável romance de Bernardo Élis, "Chegou o Governador". Enfim há outro muito antigo, D. Luís de Mascarenhas, conde D'Alva, ex-padre, que na virada dos 1740 andou todas as minas, cortejou o Anhanguera ancião e teve uma vivenda na Serra Dourada, aonde quebrou uma perna, como a tudo informa o fofocário da "Notícia Geral da Capitania de Goiás".

Esse eu o faço simpático por conta própria. Escrevia bem, pacificou as minas por conta da diplomacia, roubou bastante, foi ser vice-rei da Índia, onde morreu, talvez por mão dos próprios soldados, ao tentar administrar insodáveis conflitos entre os poderes terrenos dos índus em conflito, como a tudo informam Taunay e o nobiliário de Zúquete.

E nem só governadores como também alguns ouvidores se fizeram lembrar, como o Dr. Gregório Dias da Silva, que nos priscos tempos da descoberta viajou para as minas sem escolta militar e tanto soube fazer-se bem-visto que diversos goianos, os Anhangueras à frente, o constituíram advogado em Lisboa. Um tal Vicente de Carvalho, falecido em Goiás em 1744, chegou a instituí-lo como herdeiro afetivo.

Os sátrapas sertanejos

Os governadores coloniais eram poderosos. Muito embora os estatutos pombalinos tenham tentado elevar outros funcionários públicos (ouvidores e intendentes) ao similar pé de

igualdade de Ministros D'El Rey, toda essa veleidade desfez-se com a famosa Viradeira do Reinado de Maria, a louca. A quase totalidade dos conflitos políticos registrados em Goiás e no Brasil todo nesse período de fim de século, refere-se, com alguma intersecção notável, ao desmanche das instituições pombalinas, contraposição à realpolitik da administração errática de D. Maria I. Enlouqueceu, aos berros de Ai-Jesus, na exata progressão em que lhe chegavam da França as listas dos guilhotinados na Place de L'Assemblée.

Em Goiás, em fins do século XVIII, D. José de Almeida era lembrado como o governador que construiu o enorme e retorcido chafariz da praça da Cadeia de Vila Boa. E que cometeu o fato suntuário de destruir uma estreita porém segura ponte de pedra (e construir outras mais de madeira), para que pudesse circular por Vila Boa a bordo de uma sege, uma pequena carruagem puxada a cavalos. E no entanto os goianos amaram sua excentricidade "modernizante". Primeiro — mundista, diríamos hoje. Eram ainda tempos do saudoso Pombal.

Trinta anos depois, sob as luzes da mais absoluta depressão econômica e social, colho duas expressivas informações sobre os dois governadores Cunha Menezes goianos, entre si parentes e inimigos D. João Manoel de Menezes, segundo o capitão-mor Telles, era "notoriamente frenético, tido por louco e de todo aleijado sem poder mover-se".

E do outro lado seu primo Tristão da Cunha Menezes, ex-governador, que andava de saias por Vila Boa, de Goiás, porquanto não podia usar sua calça justa de capitão-general, para não manchá-la com as secreções purulentas do pênis de sífilítico, permanentemente escorrendo secreções.

Devo essa informação a Bernardo Élis, que disse-me tê-la ouvido do famoso professor Ferreira, em seus tempos de estudante em Vila Boa, década de 1930.

Formidável como em 1803 foram defrontar-se esses dois representantes pessoais D'El Rey, o general sífilítico Tristão da Cunha, vestido de saias, e seu primo, D. João Manoel, aleijado nevrótico, sem mobilidade. São metáforas ideais de sua época.

O Paraíso no Guaporé

O mais especioso, o mais notável, o mais significativo porém que considero sobre o imaginário que os governadores coloniais faziam sobre si próprios é o que Carlos Moura andou coletando sobre eles em Mato Gros-



Trata-se, sobretudo, das pinturas murais, (hoje inexistentes), do Palácio dos Governadores de Mato Grosso, quando ainda em Vila Bela da Santíssima Trindade, capital estratégica do Oeste português enquanto consolidava-se o Tratado de Madri, depois, por inútil, mudada para Cuiabá.

Não se sabe quem pintou o Palácio dos Governadores em Vila Bela nem a data em que prontou-se.

Sua descrição devemos a um certo Severiano da Fonseca, que ali esteve em 1876 e 1877, quando o palácio já era quartel e os sinais da decadência espalhavam-se por todo o prédio. O quarto dos governadores virara cozinha e a sala de audiência, depósito.

Escreve Fonseca:

“Seus salões, primitivamente pintados a óleo, mostram ainda sobre as portadas, nos forros e lambrequins, frescos no estilo

de Watteau e Laneret, mais ou menos originais, ora alusivos ao País, ora aos governadores. Aqui é uma cachoeira que obstrui a navegação; os índios varam as canoas por terra... uma recordação dos saltos do Madeira. Ali, num teatro campesino pitorescamente decorado, representam o cenário coréas mitológicas onde as ninfas são formosas caboclas semi-vestidas, e cujas formas, por sua exuberância, parecem estudadas com alguma hipérbole...

... “Noutros frescos o artista copiou paisagens estranhas: são campos nevados, os gelos da Rússia ou Escandinávia, com seus pinheiros e álamos, os trenós, as renas e as louras friorentas embuçadas em arminhos e pelicas. Aqui são castelos impossíveis sobre alcantás impraticáveis ou de difícil acesso, ali granjas ou herdades do Minho ou de Alentejo, representadas com alguma naturalidade...

de...”

... “mais adiante, na portada da antecâmara, uma dama trajada de grande vestido vermelho faz gestos de quem repreende veementemente um gordo e roliço capitão-general, que, de fardão, igualmente vermelho, é retratado à popa de um galeão onde flutuam as quinas heráldicas de Portugal — lá está cercado de seus oficiais de sala, no tamanho e compostura semelhantes a meninos num côro”. E complementa Fonseca:

... “E, compungido e a mão direita nos bofes da camisa, como que a comprimir o coração, finge o hipócrita que a alma se lhe despedaça, ele, mártir do dever da pátria — parte saudoso e triste”... Fonseca já era de geração lusófoba. Perdoemo-lhe as conotações desqualificadoras. Aliás, nem sei quem é melhor: se a descrição de Fonseca ou se as tais pinturas...

Entremos porém à câmara de

dormir do general. Sobre a entrada haviam pintado um distico em francês:

“ C’este ici qu’en cherchant les douceurs du répos
Les folâtres plaisirs désarment le heros...”

Algo como:

Procurando aqui as doçuras do repouso

Desarma-se o herói em prazeres loucos...

O verso é de Voltaire, comemorando na “Henriade” o miléssimo amor de Henry IV de França, o Vert — Galant, e que algum capitão-general de Mato Grosso achou próprio àquela beira de Guaporé, absoluto ôco do mundo!

Mais adiante um retrato a fresco, (sempre segundo o Fonseca) representa a imagem de um governador do tipo de Henry IV, com a barba pontuda num rosto perfeitamente oval, sentado na cama, “olhos maganos”, no dizer de Fonseca, ou

seja, maliciosos, atraindo a si alguma beldade dos cerrados.

Estas são, as hoje desaparecidas pinturas do Palácio de Vila Bela, as melhores auto-representações que conheço sobre como se via a elite governista iluminista nos sertões do Brasil.

Transcendem até mesmo às condições locais, para alçarem-se ao imaginário do sexo tropical, atingindo, neste outro fim de século, o culto das mulatas hiperbólicas e da pan-sexualidade brasileira.

Um modismo de direta extração iluminista. Salvo enganos, que sempre os há, na traiçoeira e volúvel matéria chamada história.

Ou lembra-se o leitor como concebia ao mundo e a si próprio, há dez anos atrás, nesta data?

* Paulo Bertran, é professor universitário e atualmente coordenador desta publicação. Endereço para correspondência: SQN 316, Bloco “T”, Aptº 504 — Brasília-DF.

O rético, ou reto-romano, ou reto-romântico ou reto-romanche, designa um grupo de línguas e dialetos românicos falados em alguns vales dos Alpes centrais e orientais, na Suíça, Áustria e Itália. Inclui o romanche (surmiran, sursilvan, sursilvan, puter e vallader), o friulano e o ladino*.

As tribos da Récia eram em grande parte celtas. O romanche moderno é portanto uma língua celto-latina, com uma fonética próxima tanto das línguas d’oil, quanto das línguas d’oc, e diferente dos dialetos italianos da Lombardia.

O vocabulário do romanche é muito particular: absorveu numerosas raízes dos antigos falares indo-europeus dos réticos, do grupo ilírio, próximo do albanês moderno.

No ano 15 a.C., as legiões romanas de Tibério e de Drusus conquistaram a Récia. O latim popular se espalhou, misturando-se às línguas preexistentes. Assim se formou uma variante rética do baixo-latim, que, em seguida, evoluiu de forma independente e engendrou os idiomas romanches atuais.

Em 248 d.C., os romanos dividiram a Récia em duas províncias. Uma, com a capital em Cuira, (Coire, nos atuais Grisões suíços), compreendia, grosso modo, as regiões alpinas. Outra englobava as planícies da Suábia e da Baviera, que os germanos passaram a ocupar a partir do século V.

O cristianismo se propagou. A província de Cuira caiu sob o domínio dos reis francos em 536, e em 843 o Bispado de Cuira separou-se do Arcebisnado de Milão e uniu-se ao de Mongúcia. A Récia entrou en-

Línguas e dialetos românicos

Há alguns anos o ensaísta e linguista Adovaldo Fernandes Sampaio mantém intensa correspondência com diversas regiões do mundo onde se falam dialetos neo-latinos ou românticos. A pesquisa já monta à cifra de quinhentas cartas, permitindo ao autor uma nova reformulação do assunto. O presente artigo faz parte do livro inédito “Línguas e Dialetos Românticos”.

Adovaldo Fernandes Sampaio

Fundação Cultural Pedro Ludovico

tão, definitivamente, na órbita germânica.

Do século IX ao X, os Grisões fizeram parte do Sacro Império Romano-Germânico e uma feudalidade Alemânica aí instalou seu poder.

Data de 1200 o mais antigo texto romanche conhecido: a tradução de um sermão em latim. O manuscrito é conservado no Convento de Einsiedeln.

Querelas confessionais, ocorridas nos séculos XVI e XVII, dividiram os Grisões e incitaram as duas partes a publicar obras na língua do povo. O romanche tornou-se, assim, uma língua escrita. Em 1527, Joan Travers, do Engadino, narrou uma expedição guerreira na “Chianzum dalla Guerra dalg Chiaste d’Müs”. Em 1552, Ja-

chiam Bifrun traduziu o Catecismo e, em 1560, o Novo Testamento no idioma do Alto Engadino, o puter. O Livro dos Salmos apareceu em vallader, língua do Baixo Engadino, em 1562, em tradução de Duri Chiampel

Por 574.991 votos contra 52.022, o povo suíço e os cantões reconheceram, em 20 de fevereiro de 1938, o romanche como a quarta língua nacional (embora não oficial).

Os cinco idiomas romanches, falados no Cantão dos Grisões

adquiriram o status de língua escrita, e, além deles, existe uma profusão de dialetos e subdialetos aldeões. Apesar dessa diversidade, o parentesco das línguas romanches é evidente:

O romanche (romansch, romansh), que designa um grupo de línguas e dialetos réticos, é falado por 50.000 pessoas no Cantão dos Grisões e por outras 15.500 nas regiões suíças de Zurique, Berna, Basileia, Saint-Gall e Genebra, segundo dados de 1980.

Um enorme trabalho de resistência e de desenvolvimento do

Português	Vallader	Puter	Surmiran	Sursilvan	Sursilvan
Cinco	Tschinch	tschinch	tschintg	tschentg	tschun
mulher	duonna	duonna	donna	duna	dunna
homem	hom	hom	om	um	um
pão	pan	paun	pang	pàn	paun
casa	chasa	chasa	tgesa	tgea	casa

reto-romano é realizado pela Liga Românica, “Lia Rumantscha” (Via da La Plessur 47, CH-7001 Cuira, Suíça), criada em 1919. Em Zurique encontra-se a sede da Quarta Língua, associação que se propõe a promover a língua e a cultura romanches, através de ações definidas, destinadas a completar o trabalho das instituições existentes.

Romanche dos Grisões

No início de 1982, por solicitação da Liga Românica, o filólogo Heinrich Schmid, da Universidade de Zurique, apresentou as suas “Richtlinien für die Gestaltung einer gesamtbündnerromanischen Schriftsprache: Rumantsch Grischun” (“Diretrizes para a Elaboração de uma Língua de Escrita Comum ao Conjunto dos Idiomas Românicos: Rumantsch Grischun”).

Rumantsch Grischun (romanche dos Grisões) é o nome dado à nova língua de comunicação escrita, destinada a integrar o conjunto dos idiomas romanches em uso nos Grisões. É o que se poderia chamar de língua padrão. Funda-se essencialmente, já dissemos, em três idiomas: o sursilvan (vale do Reno anterior), o vallader (Baixo Engadino) e o surmiran (Albula/Julier).

Sua elaboração segue um princípio majoritário: a seleção das formas linguísticas efetua-se, com algumas exceções, no sentido da maioria indicada pela comparação das três variantes consideradas em todos os níveis — fonético, morfológico, sintático e léxico.



Sursilvan	Surmiran	Vallader	Rumantsch Grischun	Português
pasch	Pasch	pasch	pasch	(3:0) paz
alv	alv	alb	alv	(2:1) branco (alvo)
notg	notg	not	notg	(2:1) noite
sempel	simpel	simpel	simpel	(2:1) simples
siat	set	set	set	(2:1) sete
ura	oura	ura	ura	(2:1) hora
clav	clav	clav	clav	(3:0) chave
sien	sien	son	sien	(2:1) sono
roda	roda	rouda	roda	(2:1) roda
pischada	pantg	painch	paintg	(2:1) manteiga
brev	brev	charta	brev	(2:1) carta
cudisch	codesch	cudesch	cudesch	(2:1) livro
gie	gea, ea	sch	gea	* sim
jeu	ia	eu	jau	* eu
aur	or	or	aur	* ouro
maun	mang	man	maun	* mão

O princípio majoritário nem sempre pôde ser respeitado, pois, às vezes, foi preciso levar em conta usos de outros idiomas ou certas variantes regionais ou locais. O rumantsch grischun não é uma língua artificial como o esperanto: cada elemento que o compõe tem uma ocorrência localizável no patrimônio linguístico romanche.

Com base nas "Directivas per la creaziun d'in linguatg da scrittira unifitgà: rumantsch grischun" de Heinrich Schmid, a Lia Rumantscha — com a colaboração de Georges Darms, Anna Alice Dazzi, Manfred Gross, Alexi Baselgia e Erica Caderas — publicou, em 1985, o Pledari Rumantsch Grischun — Tudestg-Rumantsch Gris-

chun e Grammatica Elementara dal Rumantsch Grischun, de que saiu, em 1989, uma nova edição: Langenscheidts Wörterbuch Rätoromanisch (Rätoromanisch- Deutsch- Rätoromanisch), pela Langenscheidt, Zurique.

Padre-Nosso e Ave-Maria: Versões Romanches Bab Noss (Il Babnoss)

Bab noss, ti che es en tschiel!
 Sanctifitgà vegnia tes num!
 Tes reginavel vegnia tar nus!
 Tia veglia daventia
 sin terra sco en tschiel!
 Noss paun da mintgadi dà a nus oz!
 Ed ans perduna noss debits,
 sco era nus perdunain a noss debiturs!
 En'ans maina betg en empruvament,
 ma spendra nus dal mal! Amen.

Salidada Sajas Ti, Maria

Salidada sajas ti, Maria, plaina de grazia,
 il Segner é cun tai.
 Ti es benedida tranter las dunnauns,
 e benedi é il fritg da tes bist, Jesus.
 Sontga Maria, mamma de Dieu,
 roga per uns putgants,
 ussa e sin l'ura da nossa mort. Amen.

* A denominação ladino presta-se a confusões. O ladino tanto designa o romanche falado no Engadino, Val Müstair e em Bergugn — Tirol meridional (Vale Grodner) —, Suíça, quanto o idioma falado nos Dolomitas (Itália). O ladino da Suíça comporta o putér e o vallader e difere do falado na Itália. Há ainda o ladino (também conhecido como judeu-espanhol, judeu-românico, gudezmo ou Spaniolisch) falado pelos judeus sefarditas e que deriva do espanhol e não pertence, é claro, ao grupo reto-românico. (Veja-se, de G.P. Ganzoni, Grammatica Ladina — grammatica sistematica dal rumantsch d'Engiadina'ota, putér/tudais-ch e Grammatica Ladina — grammatica sistematica dal rumantsch d'Engiadina bassa vallader/ frances, edições de Lia Rumantscha/Uniuon dals Grischs, Coire, 1983).

* Adovaldo Fernandes Sampaio, atualmente Diretor de Ação Cultural da Fundação Pedro Luçovico. Endereço para correspondência: Caixa Postal 5284 — CEP 74025 - 971 — Goiânia - GO.

POEMARIO

PRIMER CONCURSO DE POESIA "XIC6ATL"

Para nuestra ASOCIACION PARA EL ARTE, CIENCIA Y CULTURA LATINOAMERICANOS "YAGE" es motivo de verdadera satisfacción publicar los resultados del PRIMER CONCURSO DE POESIA XIC6ATL que con rotundo éxito organizó y realizó "COOPERARTE", COOPERATIVA NISTA DE ARTISTAS E TECNICOS DO DISTRITO FEDERAL en Brasília, capital de Brasil.

Para esta primera edición del concurso participaron 17 autores; la comisión de selección integrada por el Prof. Dr. Cassiano Nunes, poeta y profesor de literatura de la Universidad de Brasília y Cloves Sena, poeta y periodista residente en Brasília-DF, escogió los poemas "Retrato" de Maria Félix Fontele, "Perfil de Concreto" de Olívia Völker Rauter y "Solidão" de Gustavo Dourado (Amargedom).

Agradecemos muy especialmente a COOPERARTE, al señor Prof. Dr. Jorge Antunes de la Universidad de Brasília y al señor Romário Schettino Presidente en ejercicio de COOPERARTE su valioso auxilio; también a la comisión de selección, a todos y cada uno de los participantes y en general a quienes de una u otra forma contribuyeron a la afortunada culminación del proyecto.

Dr. Luis Alfredo Duarte Herrera. Ω



RETRATO

Vejo-te fragmentado
no canto noturno da sala
a reconpor pedaços da vida
a tacer o tempo com o risco
de tua membrana fria

Lá no fundo, no limiar da arte
estão meus avós, antepassados,
amores perdidos na curva da estrada
restos presos ao papel

Então vislumbro casarões
velhos casarões empoados
escravos das noites negras
a luz atrás dos jacarandás
pedrinhas diáfanas do rio
caminhos de minha memória
portas de meu infinito

Maria Félix Fontele.
(Jornalista e poeta
residente em Brasília)

PERFIL DE CONCRETO

Os edifícios amontoados
na cidade grande
não deixam espaço para o amor,
só ao calor,
que sufoca.

Acotovelam-se
entre paredes, janelas e portas
e impedem a chegada
da brisa do mar,
do cheiro das matas,
do canto dos pássaros.

Mas a andorinha
teima e faz o seu ninho
na ferrugem das latas.

E anuncia o verão.
(21/III/92)

Olivia Völker Rauter.
(Poeta residente em Brasília-DF)

SOLIDÃO

Solidão! múltipla, explosiva,
inquieta, subversiva.
sólida solidão, cativa-me.
metropolitana, ativa
lenta, cortantelevisiva
solidão, solidã, cidadã do silêncio.
contagia-me o desespero
mastiga o íntimo desejo
remexe, sacode, tortura,
asfixia, lacrimeja, chora, amargura.
deusa inconstante, aflita
incógnita magia indomável.
bebo-te aguda, intragável,
sinto-te atômica, irrespirável
peço-te solidariedade: ausência...
quero-te longe e próxima...
rói meus ossos... indigesta.
carcome minha seiva nociva,
estrebucha minha pobre essência,
beija-me carnívora onipresença,
saculeja-me implodindo-me...
solidão! ardiente, antípoda
minha irma da inconstância...
minha mãe-filha, amante-mulher.

Gustavo Dourado
(Amargedom)
(Poeta residente em Brasília-DF.
Autor de vários livros) Ω



LYRIK

ERSTER LYRIKWETTBEWERB "XICÓATL"

Für unseren **VEREIN FÜR LATINAMERIKANISCHE KUNST, WISSENSCHAFT UND KULTUR "YAGE"**, ist die Veröffentlichung der Ergebnisse des **ERSTEN LYRIKWETTBEWERBS "XICÓATL"** Grund zu wahrer Freude. Organisiert und durchgeführt wurde diese Idee von **"COOPERARTE, KOOPERATIVE VON KÜNSTLERN UND TECHNIKERN DES BUNDES LANDES BRASÍLIA"**, in der Hauptstadt Brasiliens.

An der Premiere des Wettbewerbs nahmen 17 Autoren teil. Die Jury, welche aus Prof. Dr. Cassiano Nunes (Dichter und Professor für Literatur an der Universidad de Brasília) und Cloves Sena (Schriftsteller und Journalist, mit Wohnsitz im Bundesland Brasília) bestand, wählte die Gedichte "Bildnis" von Maria Félix Fontele, "Charakterbild des Betons" von Olívia Völker Rauter und "Einsamkeit" von Gustavo Dourado (Amargedom) aus.

Besonderer Dank ergeht an **COOPERARTE**, an Prof. Dr. Jorge Antunes von der Universidad de Brasília und Herrn Romário Schettino, dem derzeitigen Präsidenten von **COOPERARTE** für ihre wertvolle Hilfe; weiters danken wir der Jury, allen Teilnehmern des Wettbewerbs und all jenen, die in irgendeiner Form zur Verwirklichung des Projekts beigetragen haben.

Dr. Luis Alfredo Duarte Herrera. ♪



BILDNIS

Ich sehe Dich zerstückelt
in der nächtlichen Ecke des Zimmers
Stücke des Lebens zusammensetzen
die Zeit mit dem Wagnis
Deiner kalten Haut zu vernetzen

CHARAKTERBILD DES BETONS

Die Gedrängtheit der Gebäude
in der Großstadt
läßt keinen Raum für die Liebe
nur für die Hitze,
die erdrückt.

Einsamkeit! mannigfaltig, explosiv,
unruhig, subversiv.
dauerhafte Einsamkeit, nimmt mich gefangen.
urbane, hektische,
träge, fernschneidende
Einsamkeit, Bewohnerin der Stille.
steckt mich die Verzweiflung an
beeinträchtigt das vertraute Begehren
durchwühlt, erschüttert, quält,
erstickt, trânt, weint, Bitterkeit.
unbeständige Göttin, kummervolle
unbeugsame unbekannte Magie.
ich trinke dich scharfe, unerträgliche,
ich spüre dich Tonikum der Atome,
erstickend

Sie drängen sich
zwischen Wände, Fenster und Türen
und verhindern das Eindringen
der Meeresbrise,
des Waldgeruchs,
des Vogelgesangs.

bitte ich dich um Beistand: Abwesenheit...
ich wünsche dich weit und nahe...
zerfrißt meine Knochen... unausstehliche.
zernagt meine Lebenskraft, schadet,
durchzuckt mein armes Sein,
küßt mich fleischfressende Allgegenwart,
schüttelt mich und läßt mich zerfallen...
Einsamkeit! Brennende, Gegenspielerin
meine Schwester der Unbeständigkeit...
meine Mutter-Tochter, Geliebte-Frau.

Aber die Schwalbe
beharrt und baut ihr Nest
im Rost der Büchsen.

Und verkündet den Sommer.
(21/III/92)

Maria Félix Fontele.
(Journalistin und Dichterin
mit Wohnsitz in Brasília)

Olívia Völker Rauter.
(Dichterin mit Wohnsitz
in Brasília-DF)

Gustavo Dourado
(Amargedom)

(Dichter mit Wohnsitz in Brasília-DF.
Autor mehrerer Bücher) ♪

Übzg: Gigi. ♪

16

A revista **Xicoatl** (*Estrela Errante*) de Salzburg (Austria), que divulga a cultura latino-americana na Europa, traz em sua última edição os poemas *Solidão*, de Gustavo Dourado (Amargedom); *Retrato*, de Maria Félix Fontele e *Perfil de Concreto*, de Olívia Rauter. Vencedores do concurso promovido pela Cooperativa de Artistas e Técnicos do DF (Cooperarte), seus poemas vêm em português e alemão e inauguraram ainda um espaço na revista da Áustria para poetas de toda a América Latina desde que participem de concursos em suas próprias cidades. *Dezessete poetas de Brasília participaram do concurso e os vencedores foram escolhidos por um júri encabeçado pelo professor e poeta Cassiano Nunes e pelo escritor e jornalista Clóvis Sena.*



Reynaldo Jardim

O que se odeia no índio
 não é apenas o ocupado espaço.
 O que se odeia no índio
 é o puro animal que nele habita.
 O que se odeia no índio
 é a sua cor em bronze arquitetada.
 A precisão com que a flecha voa
 e abate a caça; o gesto largo
 com que abraça o rio; o gosto de
 afagar as penas e tecer o cocar.
 O que se odeia no índio
 é o andar sem ruído; a presteza
 segura de cada movimento; a eugenia
 nítida do corpo erguido
 contra a luz do sol.
 O que se odeia no índio é o sol.
 A árvore se odeia no índio.
 O rio se odeia no índio.
 O corpo a corpo com a vida
 se odeia no índio.
 O que se odeia no índio
 é a permanência da infância.
 E a liberdade aberta
 se odeia no índio.

A SÓRDIDA FESTA A Charles Baudelaire

Marconio Macedo Diniz

Sindicato dos Escritores do DF

Ao fechar seus olhos numa noite escura,
 Seu quarto era um salão enegrecido
 E estranha dama com a noite em seu vestido,
 Parecia estar a sua procura

Ao vê-lo ali, paralisado, estático,
 Pediu para honrá-la com uma dança,
 fitou-o com um sorriso enigmático
 que encheu-lhe o ser total desconfiança

Uma rubra cor pousada nos vitrais
 Banhava o salão e os tingia
 Ao fundo estavam espectros fantasmais
 Cantando em coro fúnebre melodia

E, ao dar suas mãos à imagem esquelética,
 Invadiu-o uma sensação de agonia
 Num instante sua alma fez-se fria
 Ao perceber a cena tão patética

Desejava acordar do horrível sonho
 No ar pairava algo de medonho
 Pois pressentia zombadora sua sorte

Ao escutar das sombras tristes palmas
 E ao ver, no espelho do Salão das Almas,
 Sua própria imagem a bailar com a Morte!